



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

30 de setembro de 2019



Companhia Energética de Brasília – CEB
Balancos Patrimoniais findos em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
CNPJ 00.070.698/0001-11

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018			30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Circulante						Circulante					
Caixa e Equivalentes de Caixa	4	9.546	12.784	229.391	179.699	Fornecedores	12	12.298	15.237	188.097	488.018
Contas a Receber	5	18.185	26.994	624.493	622.655	Obrigações tributárias	13	3.304	5.706	462.042	220.970
Depósitos e Bloqueios Judiciais		111	111	121	2.552	Contribuição de iluminação pública	14			42.415	96.866
Estoques		1.883	595	9.889	8.437	Encargos regulatórios	15			46.209	90.107
Tributos e Contribuições Compensáveis	6	5.038	4.684	85.829	23.169	Debêntures	16			23.741	247.778
Valores a Receber de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	7			565.117	862.704	Empréstimos e financiamentos	17	26.238		141.301	86.069
Demais Créditos		28.822	24.249	107.658	140.785	Obrigações societárias	18	5.817	5.885	17.102	16.744
Ativos não Circulante Mantido para Venda		641	641	2.372	2.352	Obrigações sociais e trabalhistas	19	351	201	28.402	25.983
						Valores a pagar de Parcela "A" e outros itens financeiros	7			483.721	608.361
						Benefícios pós-emprego	20			2.117	2.814
						Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	21	100		10.507	6.478
						Demais obrigações		1.176	414	31.048	38.655
Total do Circulante		64.226	70.058	1.624.870	1.842.353	Total do Circulante		49.284	27.443	1.476.702	1.928.843
Não Circulante						Não Circulante					
Aplicações Financeiras				11.256	10.355	Fornecedores	12				36.830
Contas a Receber	5			47.342	33.317	Obrigações tributárias	13	96.782	96.781	397.921	322.356
Empréstimos e Financiamentos		12.984	13.415	13.959	14.989	Contribuição de iluminação pública	14				3.393
Depósitos e Bloqueios Judiciais		5.893	150	24.856	14.948	Debêntures	16			197.996	15.019
Tributos e Contribuições Compensáveis	6	27.464	26.063	34.213	32.147	Empréstimos e financiamentos	17	2.187		89.642	188.194
Ativo Financeiro Indenizável	8			149.664	144.450	Benefícios pós emprego	20			412.309	204.345
Demais Créditos		2.388		14.441	13.020	Encargos regulatórios	15			187.631	178.915
Realizável a Longo Prazo		48.729	39.628	295.731	263.226	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios	21		1	50.696	44.294
						Valores a Pagar de Parcela "A" e Outros Itens Financeiros	7			18.473	17.643
						Obrigações vinculadas a concessão	22			1.242	3.400
						Demais obrigações				52.397	5.869
						Total do Não Circulante		98.969	96.782	1.408.307	1.020.258
Investimentos	9	467.607	584.545	623.148	613.426	Patrimônio Líquido	23				
Imobilizado	10	13.023	13.136	106.889	102.560	Capital social		566.025	566.025	566.025	566.025
Intangível	11	3.264	3.971	900.017	920.106	Reserva de lucros		18.677	18.677	18.677	18.677
Total do Não Circulante		532.623	641.280	1.925.785	1.899.318	Ajuste de avaliação patrimonial		(205.381)	2.411	(205.381)	2.411
						Lucros acumulados		69.275		69.275	
						Atribuível as acionista controlador		448.596	587.113	448.596	587.113
						Atribuível aos acionistas não controladores				217.050	205.457
						Total do Patrimônio Líquido		448.596	587.113	665.646	792.570
Total do Ativo		596.849	711.338	3.550.655	3.741.671	Total do Passivo		596.849	711.338	3.550.655	3.741.671

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética de Brasília – CEB
Demonstrações do Resultado do Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
CNPJ 00.070.698/0001-11

	Nota	Controladora				Consolidado			
		Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:		Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
		30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	24.1	19.000	25.311	38.244	44.501	677.099	738.430	1.986.480	1.956.906
Custo com Energia Elétrica	24.2			-		(516.144)	(590.366)	(1.368.399)	(1.421.496)
Custo de Operação	24.3					(69.726)	(70.583)	(211.674)	(223.537)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	24.3	(14.503)	(19.754)	(31.820)	(35.965)	(15.313)	(21.353)	(34.244)	(41.129)
Lucro Bruto		4.497	5.557	6.424	8.536	75.916	56.128	372.163	270.744
Receitas/ (Despesas) Operacionais		34.083	(49.274)	54.275	(41.476)	(15.037)	(75.894)	(196.361)	(191.097)
Despesas com Vendas	24.3	1.393	45	(3.015)	5.983	(5.145)	(35.421)	(103.471)	(94.857)
Despesas Gerais e Administrativas	24.3	(4.866)	(3.719)	(13.026)	(13.135)	(36.854)	(42.509)	(115.804)	(129.850)
Resultado de Equivalência Patrimonial	9	37.536	(49.819)	70.240	(38.543)	(8.755)	5.837	15.342	21.535
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	24.4	20	4.219	76	4.219	35.717	(3.801)	7.572	12.075
Outras Receitas Operacionais		120	4.219	176	4.219	6.469	29.211	21.329	66.949
Outras Despesas Operacionais		(100)		(100)		29.248	(33.012)	(13.757)	(54.874)
Lucro Operacional antes do Resultado Financeiro		38.580	(43.717)	60.699	(32.940)	60.879	(19.766)	175.802	79.647
Receitas (Despesas) Financeiras	24.5	1.513	410	7.343	1.524	(2.785)	(36.910)	(52.081)	(80.383)
Receitas Financeiras		2.421	438	9.068	1.710	35.291	35.551	81.609	70.484
Despesas Financeiras		(908)	(28)	(1.725)	(186)	(36.374)	(65.073)	(131.522)	(128.387)
Variação Cambial						(1.702)	(7.388)	(2.168)	(22.480)
Lucro Operacional antes dos Tributos		40.093	(43.307)	68.042	(31.416)	58.094	(56.676)	123.721	(736)
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	39	1.240	1.384	1.093	(10.944)	17.861	(24.466)	(13.657)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente						(22.288)	(3.030)	(84.176)	(17.413)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido		39	1.240	1.384	1.093	11.344	20.891	59.710	3.756
Lucro Líquido do Período		40.132	(42.067)	69.426	(30.323)	47.150	(38.815)	99.255	(14.393)
Atribuído aos Acionistas Controladores						40.132	(42.067)	69.426	(30.323)
Atribuído aos Acionistas não Controladores						7.018	3.252	29.829	15.930
Lucro / (Prejuízo) Básico e Diluído por Ação em Reais:	25								
Ações Ordinárias – Básicas e diluídas		2,6509	(2,7787)	4,5858	(2,0030)	2,6509	(2,7787)	4,5858	(2,0030)
Ações Preferenciais – Básicas e diluídas		2,9160	(3,0566)	5,0444	(2,2033)	2,9160	(3,0566)	5,0444	(2,2033)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética de Brasília – CEB
Demonstrações dos Resultados Abrangentes dos Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
CNPJ 00.070.698/0001-11

	Controladora				Consolidado			
	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:		Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Período	40.132	(42.067)	69.426	(30.323)	47.150	(38.815)	99.255	(14.393)
Outros Resultados Abrangentes								
Itens que não serão Reclassificados Subsequentemente ao Resultado	16.687	(20.955)	(207.792)	40.783	16.687	(20.955)	(207.792)	40.783
Ganho (Perda) Atuarial com Plano de Benefício Definido					16.687	(20.955)	(207.792)	40.783
Equivalência Patrimonial sobre Obrigação Atuarial sobre Benefícios Definido	16.687	(20.955)	(207.792)	40.783				
Resultado Abrangente Total	56.819	(63.022)	(138.366)	10.460	63.837	(59.770)	(108.537)	26.390
Atribuído aos Acionistas Controladores					56.820	(63.022)	(138.366)	10.460
Atribuído aos Acionistas Não Controladores					7.017	3.252	29.829	15.930

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética de Brasília – CEB
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido dos Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
CNPJ 00.070.698/0001-11

Eventos	Atribuído aos acionistas controladores						Participação de Acionistas não Controladores	Total do Patrimônio Líquido
	Capital Social	Reserva de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial/Outros Resultados Abrangentes	Lucros / (Prejuízos) Acumulados	Participação do Acionista Controlador		
		Reserva Legal	Reserva de Expansão dos Negócios Sociais					
Saldo em 31 de dezembro de 2017	566.025			42.319	(65.478)	542.866	201.429	744.295
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias							(13.162)	(13.162)
Lucro do Período					(30.323)	(30.323)	15.930	(14.393)
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego				40.783		40.783		40.783
Saldo em 30 de setembro de 2018	566.025	-		83.102	(95.801)	553.326	204.197	757.523
Saldo em 31 de dezembro de 2018	566.025	1.225	17.452	2.411		587.113	205.457	792.570
Constituição de Provisão de Partes Beneficiárias							(18.236)	(18.236)
Lucro do Período					69.426	69.426	29.829	99.255
Impacto de exercício anteriores em Investida					(151)	(151)		(151)
Equiv. Patrim. sobre Resultados Abrangentes - Controladas - Benefícios Pós-Emprego				(207.792)		(207.792)		(207.792)
Saldo em 30 de setembro de 2019	566.025	1.225	17.452	(205.381)	69.275	448.596	217.050	665.646

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética de Brasília – CEB
Demonstrações dos Fluxos de Caixa - Método Direto dos Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
CNPJ 00.070.698/0001-11

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais				
Recebimento de Consumidores	47.946	46.162	3.203.203	3.063.039
Rendimento de Aplicações Financeiras	679	419	6.551	4.996
Liberação de Garantia CCEE			7.482	2.633
Dividendos e Juros sobre Capital Próprio Recebidos	58.177	38.097	19.595	11.262
Outros Recebimentos	2.240	2.891	2.450	10.598
Recebimentos	109.042	87.569	3.239.281	3.092.528
Fornecedores - Materiais e Serviços	(34.283)	(32.628)	(130.134)	(128.403)
Fornecedores - Energia Elétrica			(2.000.579)	(1.500.124)
Contribuição de Iluminação Pública			(172.234)	(133.177)
Salários e Encargos Sociais	(14.384)	(10.494)	(200.646)	(199.547)
Pagamentos de Encargos da Dívida			(31.182)	(34.440)
Impostos e Contribuições	(3.643)	(5.325)	(425.504)	(587.315)
Encargos Setoriais			(52.723)	(343.736)
Arrendamento Operacional			(29.060)	(23.416)
Outras Pagamentos	(1.619)	(7.329)	(23.743)	(36.173)
Pagamentos	(53.929)	(55.776)	(3.065.805)	(2.986.331)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	55.113	31.793	173.476	106.197
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento				
Aquisição de Ativos Financeiros da Concessão, Intangíveis e Imobilizados	(119)	(1.665)	(34.086)	(50.736)
Aquisição de Investimentos			(119)	
Alienação de Imóveis e Investimentos		2.701	15.974	2.701
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	(81.224)	(19.715)		
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Investimento	(81.343)	(18.679)	(18.231)	(48.035)
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento				
Empréstimos e Financiamentos Obtidos	31.747		31.747	115.001
Dividendos e Juros Sobre Capital Próprio Pagos		(7.673)	(17.964)	(20.965)
Recebimento de Mútuo	1.656		1.656	
Amortização de Empréstimos e Financiamentos	(4.449)		(114.754)	(116.487)
Custos de Transação	(322)		(636)	873
Depósitos Judiciais/ Penhora	(5.817)		(5.817)	
Outros	215		215	(3.406)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades de Financiamento	23.030	(7.673)	(105.553)	(24.984)
Aumento (Redução) do Saldo Líquido de Caixa e Equivalente	(3.200)	5.441	49.692	33.178
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	12.784	6.964	179.699	92.001
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Período	9.584	12.405	229.391	125.179

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

Companhia Energética de Brasília – CEB
Demonstrações do Valor Adicionado dos Períodos findos em 30 de setembro de 2019 e de 2018
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma
CNPJ 00.070.698/0001-11

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Receitas	40.247	60.343	3.145.133	2.986.146
Venda de Energia e Serviços Prestados	43.121	50.142	3.218.901	2.989.681
Receita de Construção de Ativos Próprios			30.222	63.916
Provisão/Rev. para Créditos de Liquidação Duvidosa	(2.916)	5.983	(114.429)	(80.224)
Receita de Alienação de Ativo Imobilizado	42	2.538	(385)	1.842
Outras Receitas		1.680	10.824	10.931
Insumos Adquiridos de Terceiros	(36.474)	(41.648)	(1.640.097)	(1.750.700)
Custos com Serviço de Energia Elétrica			(1.519.041)	(1.571.930)
Custos com Serviço Prestado a Terceiros	(31.823)	(14.607)	(29.371)	(31.058)
Custos de Construção			(30.222)	(63.916)
Serviços de Terceiros	(4.124)	(21.812)	(92.762)	(104.226)
Material	(51)	(4.848)	(8.019)	(6.029)
Provisões/Reversões	(99)		(4.219)	(989)
Outros	(377)	(381)	43.537	27.448
Valor Adicionado Bruto	3.773	18.695	1.505.036	1.235.446
Retenções	(834)	(559)	(43.804)	(42.424)
Depreciação e Amortização	(834)	(559)	(43.804)	(42.424)
Valor Adicionado Líquido Produzido	2.939	18.136	1.461.232	1.193.022
Valor Adicionado Recebido em Transferência	79.527	(36.729)	102.886	71.277
Receitas Financeiras	4.708	1.815	82.112	49.723
Resultado de Equivalência Patrimonial	70.240	(38.544)	15.342	21.535
Dividendos Recebidos	4.579		5.432	19
Valor Adicionado Total a Distribuir	82.466	(18.593)	1.564.118	1.264.299
Distribuição do Valor Adicionado	82.466	(18.593)	1.564.118	1.264.299
Pessoal	7.163	9.699	141.333	143.794
Remuneração Direta	6.962	9.522	109.957	107.370
Encargos (exceto INSS)	111	104	10.455	12.846
Benefícios	90	73	20.921	23.578
Impostos, Taxas e Contribuições	4.147	1.781	1.166.088	986.253
Federal	3.285	471	577.846	464.461
Estadual e Municipal	862	1.310	588.242	521.792
Remuneração de Capitais de Terceiros	1.730	250	157.442	148.645
Aluguéis	6	64	25.920	20.259
Despesas Financeiras	1.724	186	131.522	128.386
Remuneração de Capitais Próprios	69.426	(30.323)	99.255	(14.393)
Participação dos Acionistas Não Controladores			29.829	15.930
Lucros Líquidos/(Prejuízos) Retidos	69.426	(30.323)	69.426	(30.323)

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias

1. CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS

1.1. OBJETIVO SOCIAL

A Companhia Energética de Brasília (“Companhia”, “CEB” ou “Controladora”) é uma sociedade de economia mista de capital aberto, autorizada pela Lei nº 4.545, de 10 de dezembro de 1964, sob o CNPJ nº 00.070.698/0001-11. Com sede localizada no SIA – Área de Serviços Públicos – Lote C, Brasília, Distrito Federal, possui registro na Comissão de Valores Mobiliários – CVM como Companhia Aberta na categoria A (emissores autorizados a negociar quaisquer valores mobiliários) e tem suas ações transacionadas na Bolsa de Valores de São Paulo (BM&FBOVESPA). Em 4 de julho de 1994, a Companhia iniciou a negociação de suas ações, ordinárias e preferenciais, sob os códigos CEBR3, CEBR5 e CEBR6.

A Companhia tem como objetivo principal a participação em outras sociedades que atuam na exploração direta ou indireta de serviços de energia elétrica, compreendendo os segmentos de geração, transmissão, distribuição e comercialização. De forma secundária, a CEB presta serviços de manutenção e de expansão do sistema de iluminação pública do Distrito Federal.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE

As Informações Contábeis Intermediárias individuais e consolidadas foram elaboradas e preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a Norma Internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting* emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as Normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

O CPC 21 (IAS 34) requer o uso de certas estimativas contábeis por parte da Administração da Companhia. As Informações Contábeis Intermediárias foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinados ativos e passivos financeiros que são mensurados a valor justo. No período findo em 30 de setembro de 2019 não houve mudança relevante nas estimativas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas.

Estas Informações Contábeis Intermediárias foram elaboradas seguindo princípios, práticas e critérios consistentes com aqueles adotados na elaboração das Demonstrações Contábeis Anuais em 31 de dezembro de 2018. Dessa forma, estas Informações Contábeis Intermediárias devem ser lidas em conjunto com as referidas Demonstrações Contábeis, aprovadas pelo Conselho de Administração em 29 de março de 2019, bem como aprovada na Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2019.

Todas as informações relevantes utilizadas pela Administração na gestão da Companhia estão evidenciadas nestas Informações Contábeis Intermediárias.

Em 13 de novembro de 2019, a Administração da Companhia autorizou a conclusão e emissão destas Informações Contábeis Intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

2.2. CORRELAÇÃO ENTRE AS NOTAS EXPLICATIVAS DIVULGADAS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS ANUAIS E AS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS

Segue abaixo a correlação entre as Notas Explicativas divulgadas nas Demonstrações Financeiras Anuais findo em 31 de dezembro de 2018 e as Informações Contábeis Intermediárias, para o período de nove meses, findo em 30 de setembro de 2019.

A Companhia entende que as atualizações relevantes referentes à sua situação patrimonial e ao resultado do período estão apresentadas nestas Informações Contábeis Intermediárias, estando em conformidade com os requerimentos de divulgação emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Número das Notas Explicativas		Título das Notas Explicativas
30/09/2019	31/12/2018	
1	1	CONTEXTO OPERACIONAL E INFORMAÇÕES GERAIS
2	2	BASE DE PREPARAÇÃO E RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
	3	REAPRESENTAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
3	4	INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO
4	5	CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA
5	6	CONTAS A RECEBER
6	7	TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS
7	8	VALORES A RECEBER DE PARCELA "A" E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS
	9	DEMAIS CRÉDITOS
	10	DEPÓSITOS E BLOQUEIOS JUDICIAIS
8	11	ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL
	12	APLICAÇÕES FINANCEIRAS
	13	ATIVO NÃO CIRCULANTE MANTIDO PARA VENDA
9	14	INVESTIMENTOS
10	15	IMOBILIZADO
11	16	INTANGÍVEL
12	17	FORNECEDORES
13	18	OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS
14	19	CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA
15	20	ENCARGOS REGULATÓRIOS
16	21	DEBÊNTURES
17	22	EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
18	23	OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS
19	24	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS
20	25	BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO
21	26	PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS
	27	DEMAIS OBRIGAÇÕES
22	28	OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO
23	29	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
24	30	DESDOBRAMENTOS DAS CONTAS DE RESULTADO
25	31	LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO BÁSICO E DILUÍDO
26	32	TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS
	33	SEGUROS
27	34	CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS
28	35	INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

2.3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

As datas das Informações Contábeis Intermediárias das sociedades controladas utilizadas para cálculo de consolidação e equivalência patrimonial coincidem com as da Companhia.

2.3.1. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

As participações societárias da CEB em sociedades controladas, controladas em conjunto e coligadas estão descritas no quadro seguinte:

Investidas	Atividade	30/09/2019	31/12/2018
Participações Diretas			
Em Controladas			
CEB Distribuição S.A.	Distribuição	100,00%	100,00%
CEB Geração S.A.	Geração	100,00%	100,00%
CEB Participação S.A.	Comercialização	100,00%	100,00%
CEB Lajeado S.A.	Comercialização	59,93%	59,93%
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	Gás	17,00%	17,00%
Em Controlada Em Conjunto			
Energética Corumbá III S.A.	Geração	37,50%	37,50%
Em Coligada			
Corumbá Concessões S.A. (a)	Geração	47,57%	47,57%
Participações Indiretas			
Em Coligada			
Investco S.A.	Geração	11,99%	11,99%
Outras Participações			
BSB Energética S.A.	Geração	9,00%	9,00%

(a) A participação do Grupo no capital social da Corumbá Concessões S.A. é de 47,56%, sendo 45,21% de propriedade da CEB e 2,35% de propriedade da CEB Participações S.A..

2.3.1.1. CEB DISTRIBUIÇÃO S.A. ("Distribuidora" ou "CEB D")

A CEB Distribuição S.A. é uma sociedade anônima de capital fechado, reorganizada em conformidade com a Lei Distrital nº 2.710, de 24 de maio de 2001, com início das suas atividades em 12 de janeiro de 2006, como resultado do processo de desverticalização das atividades de distribuição e geração da Companhia Energética de Brasília – CEB.

A CEB D é uma concessionária do serviço público de energia elétrica e tem por objeto principal a distribuição e comercialização de energia elétrica, assim como serviços correlatos que lhe venham a ser concedidos ou autorizados por qualquer título de direito e atividades associadas no Distrito Federal.

(i) Informações sobre aspectos relacionados ao pressuposto da continuidade operacional

No exercício de 2018, a CEB Distribuição S.A. operou com seus custos de Parcela A (compra de energia, transmissão e encargos setoriais) e Parcela B (demais custos diretamente gerenciáveis pela distribuidora) incompatíveis com a estrutura tarifária vigente, ocasionando seu desequilíbrio econômico-financeiro, em relação aos critérios definidos no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL.

A Distribuidora possui limitação de recursos disponíveis no curto prazo, considerando a alta alavancagem financeira e os desembolsos de caixa previstos. Há, por consequência de diversos fatores, limitação da disposição da Companhia em obter novas linhas de crédito em condições mais favoráveis de juros em função dos riscos relacionados à alavancagem financeira atual.

Além disso, a Companhia apresentou um elevado grau de endividamento, provocando aumento em suas despesas financeiras no mesmo período.

A capacidade da Companhia em continuar operando em base de continuidade depende, portanto, de atingimento de metas operacionais determinadas pelo Órgão Regulador, além de refinanciamento das dívidas contratadas, e/ou ações relacionadas à desalavancagem financeira.

(ii) Monitoramento das condições restritivas econômico-financeiras (*Covenants*)

Conforme evidenciado em Nota Explicativa nº 1.2.1.3.1 do exercício findo em 31 de dezembro de 2018, a CEB DIS apresentou o LAJIDA Regulatório inferior à Quota de Reintegração Regulatória – QRR, ocasionando o não atendimento da condição restritiva prevista no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão.

No caso de descumprimento dos covenants estabelecidos no referido Contrato de Concessão, bem como na Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL, por dois anos consecutivos ou quaisquer das Condições ao final do quinto ano (2020), é prevista a extinção da Concessão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Com base no último relatório de Indicadores de Sustentabilidade Econômico-Financeiro das Distribuidoras, publicado pela ANEEL, data base junho de 2019, o resultado da inequação, previsto nos referidos normativos, não foi suficiente para o atingimento dos covenants regulatórios.

(iii) Manutenção da capacidade operacional da CEB Distribuição S.A.

Como mecanismo de manutenção das atividades da CEB Distribuição S.A., a Companhia formalizou a assinatura de contrato com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”) cujo objeto é o estudo de alienação do controle societário da Companhia Energética de Brasília na CEB Distribuição S.A..

Nesse contexto, a disponibilidade do plano de transferência de controle societário à ANEEL é umas das alternativas à extinção da outorga, de acordo com a legislação vigente. A aprovação de eventual plano de transferência pelo órgão regulador suspenderia o processo de extinção da concessão.

Ainda no bojo da contratação, a Companhia está desenvolvendo um projeto, em parceria com o BNDES, de estruturação de operação de captação de recursos para aporte na CEB D a fim de promover a reestruturação financeira dessa controlada.

(iv) Operação Apate deflagrada pela PCDF e MPDFT

No dia 31 de outubro de 2019, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (Gaeco/MPDFT), bem como a Coordenação Especial de Combate à Corrupção, ao Crime Organizado e aos Crimes contra a Administração Pública (Cecor) da Polícia Civil do Distrito Federal –PCDF deflagraram a Operação Apate, que apura a suposta prática de furto de energia e fraude no medidor, com prejuízos à CEB DIS.

Ressalta-se que, no momento, as investigações estão restritas à suposta participação de terceirizados, ex-empregados e empregados da Companhia. Nos casos em que for comprovado o efetivo envolvimento de empregados da CEB DIS, serão instaurados processos de sindicância para apuração de responsabilidades.

O montante desviado pelos suspeitos ainda não foi apurado, tendo em vista que a investigação está em andamento e sob sigilo.

A Administração da CEB DIS está colaborando com as investigações e reitera o compromisso com a redução da inadimplência e no combate às perdas, seja por furto ou fraude, que tanto lesam o consumidor, além de prejudicar sua imagem empresarial e dos demais empregados que desempenham as suas atividades funcionais com honestidade e responsabilidade.

Destaca-se que os efeitos das Perdas Não Técnicas no Resultado, independentemente da causa (furtos de energia elétrica, erros de medição, erros no processo de faturamento, unidades consumidoras sem equipamento de medição e outros), já estão considerados nos custos da compra de energia elétrica.

No caso da CEB DIS, as Perdas Técnicas reconhecidas pela ANEEL são de 7,46% sobre a Energia Injetada e as Perdas Não Técnicas é de 7,05% sobre o mercado de energia de baixa tensão o que equivale aproximadamente à 3,84% sobre a Energia Injetada, perfazendo um total de 11,30% de Perdas Totais Regulatórias.

Ante o exposto, a Administração da Companhia revisará seus Controles Internos, bem como sua análise de Gestão de Riscos, na busca por mitigar novas ocorrências de irregularidades e fraudes envolvendo a CEB DIS.

2.3.1.2. ARBITRAGEM DA CORUMBÁ CONCESSÕES

Em 01 de agosto de 2019, o Centro de Arbitragem e Medição da Câmara de Comércio Brasil-Canadá – CAM-CCBC, apresentou a Sentença do Procedimento Arbitral nº 74/2017/SEC2, no qual são partes a Serveng-Civilsan S.A. e a Corumbá Concessões S.A. e que resultou na condenação a Corumbá Concessões ao pagamento dos AFAC's mensais realizados pela Serveng-Civilsan S.A. no período de dezembro de 2006 a abril de 2008, cujo valor histórico aportado soma R\$ 38.195. Na sentença o CAM-CCBC determinou que o aporte deveria ser corrigido pelo IGPM, com multa de 1% a partir da data da instauração de sentença arbitral, ou seja, 28 de julho de 2017.

A Corumbá Concessões S.A. registrou a dívida atualizada, que no mês de novembro já se aproxima dos R\$ 100 milhões. A Corumbá, por não possuir caixa para honrar esse compromisso, convocou os acionistas para solucionarem a questão. A decisão será tomada em Assembleia Geral Extraordinária dos Acionista da Companhia a ser realizada, em princípio, no final mês de novembro.

2.3.2. EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

O cálculo da equivalência patrimonial sobre o resultado do exercício da CEB Lajeado S.A. é realizado aplicando o percentual de 55,923% sobre o resultado obtido no exercício. Este percentual é fruto do acordo de acionistas, que garantiu à Eletrobras rendimentos equivalentes a 49,67% do resultado de cada exercício. O percentual de 49,67% inclui o percentual de participação societária de 44,077% e 10% de partes beneficiárias.

2.4. BLOQUEIO JUDICIAL SOBRE OS DIVIDENDOS

A Companhia, em virtude do Processo de Execução Fiscal nº 30918-50.2013.4.01.3400 que tramita na 18ª Vara da Justiça Federal do Distrito Federal, cuja defesa está a cargo da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de R\$ 5.817.322,20 (cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos), que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas, conforme deliberado pela Assembleia Geral Ordinária da CEB, realizada em 30 de abril de 2019.

De acordo com a decisão que determinou a penhora, a Assembleia Geral Ordinária da CEB, que deliberou pela distribuição de dividendos, está em desacordo com o disposto no art. 32 da Lei nº 4.357/1964, segundo o qual as pessoas jurídicas em débito fiscal com a União não poderão distribuir quaisquer bonificações a seus acionistas, tampouco dar ou atribuir participação de lucros a seus sócios quotistas, a seus diretores e aos demais membros de órgãos dirigentes, fiscais ou consultivos. A Procuradoria-Geral do Distrito Federal protocolou Embargos de Declaração, requerendo, dentre outros pedidos, sustar os efeitos da decisão que determinou a penhora.

A CEB, por meio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, opôs embargos de declaração em face da decisão que rejeitou a exceção de pré-executividade e determinou a penhora da quantia destinada pela embargante à distribuição de dividendos. Ocorre que em 26 de junho de 2019 foi proferida nos autos da ação declaratória decisão indeferindo a tutela de urgência ali requerida fato que esvazia os presentes embargos de declaração. Foi julgado, de 08 de julho de 2019, prejudicado o pleito formulado nos embargos de declaração.

Até a emissão destas demonstrações, não ocorreram movimentações relevantes sobre o processo em questão.

3. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCO

3.1 ESTIMATIVA DO VALOR JUSTO

Os instrumentos financeiros ativos e passivos são registrados, inicialmente, pelo valor justo das transações que lhes deram origem e são atualizados, quando aplicável, com base nos encargos contratuais e ajustados pelas estimativas de perda. A Administração avalia que os valores apurados com base nesses critérios podem ser considerados a melhor estimativa para apuração do valor justo dos instrumentos financeiros detidos pelo Grupo.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A tabela seguinte demonstra, de forma resumida, os instrumentos financeiros distribuídos em cada categoria e registrados em 30 de setembro de 2019 e 31 de dezembro de 2018, os quais não apontaram variação entre o seus valores justo e contábil:

	Avaliação	30/09/2019			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Empréstimos e Recebíveis					
Caixa e Bancos	Valor Justo	9	9	53.864	53.864
Contas a Receber	Custo Amortizado	18.185	18.185	671.835	671.835
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			565.117	565.117
Mantidos até o Vencimento					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			11.256	11.256
Valor Justo Por Meio do Resultado					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	9.537	9.537	175.527	175.527
Disponível para Venda					
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo			149.664	149.664
Passivos Financeiros					
Outros Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	12.298	12.298	188.097	188.097
Debêntures	Custo Amortizado			221.737	221.737
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado			230.943	230.943
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	5.817	5.817	17.102	17.102
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			502.194	502.194
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			233.840	233.840
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado			1.242	1.242

	Avaliação	31/12/2018			
		Controladora		Consolidado	
		Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil
Ativos Financeiros					
Empréstimos e Recebíveis					
Caixa e Bancos	Valor Justo	15	15	46.598	46.598
Contas a Receber	Custo Amortizado	26.994	26.994	655.972	655.972
Valores a Receber Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			862.704	862.704
Mantidos até o Vencimento					
Aplicações Financeiras	Custo Amortizado			10.355	10.355
Valor Justo Por Meio do Resultado					
Aplicações Financeiras	Valor Justo	12.769	12.769	133.101	133.101
Disponível para Venda					
Ativo Financeiro Indenizável	Valor Justo			144.450	144.450
Passivos Financeiros					
Outros Passivos Financeiros					
Fornecedores	Custo Amortizado	15.237	15.237	524.848	524.848
Debêntures	Custo Amortizado			262.797	262.797
Empréstimos e Financiamentos	Custo Amortizado			274.263	274.263
Obrigações Societárias	Custo Amortizado	5.885	5.885	16.744	16.744
Valores a Pagar Parcela A e Outros Itens Financeiros	Custo Amortizado			626.004	626.004
Encargos Regulatórios	Custo Amortizado			269.022	269.022
Obrigações Vinculadas a Concessão	Custo Amortizado			3.400	3.400

3.1.1 FATORES DE RISCO

A Administração da CEB e de suas controladas tem total responsabilidade pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de seus riscos observando, para tanto, as avaliações técnicas corporativas das empresas do Grupo.

As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para dar previsibilidade a eventuais riscos, objetivando definir limites e controles apropriados, de forma a propiciar monitoração permanente e

aderência aos limites operativos estabelecidos a cada empresa. A Administração busca, efetivamente, a previsibilidade com vistas ao acompanhamento de operações que porventura possam comprometer a liquidez e rentabilidade do Grupo.

Essa política, lastreada em sistemas de gerenciamento de riscos, trata da revisão periódica dos riscos financeiros associados às captações, de modo a antecipar eventuais mudanças nas condições de mercado e seus reflexos nas atividades do Grupo.

A CEB, mediante seus atos normativos e de gestão em suas controladas, atua de forma a desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual as empresas ajustam seus padrões de riscos às recomendações da Administração.

O Grupo mantém operações com instrumentos financeiros, cujos limites de exposição aos riscos de crédito são aprovados e revisados periodicamente pela Administração. Todos os instrumentos financeiros são inerentes à atividade operacional do Grupo, que não opera com instrumentos financeiros derivativos.

3.1.2 RISCO DE CRÉDITO

A CEB e suas controladas qualificam o risco de crédito pela incerteza no recebimento de valores faturados a seus clientes, decorrentes das vendas de energia elétrica e da prestação de serviços correlatos.

O principal mitigador do risco é a regulamentação setorial, uma vez que parcela da inadimplência vinculada ao contas a receber da Companhia estão incorporados na Parcela "A" das tarifas, que são capturados nos processos de reajustes e de revisões tarifárias subsequentes.

A Companhia, em especial a CEB D, também possui linha de parcelamento a devedores em todas as suas agências e postos de atendimento, e programas de incentivo a negociação de débitos de longa data, com redução escalonada de encargos por atraso, objetivando manter a liquidez de seus faturamentos.

Em 30 de setembro de 2019, as Perdas Estimadas Para Créditos de Liquidação Duvidosa consolidada atingiu o montante de R\$ 159.709 (R\$ 157.761 em 31 de dezembro de 2018). Desse montante, 36,3% (36,3% em 31 de dezembro de 2018) representam dívidas relacionadas aos órgãos públicos locais.

Além dos aspectos apresentados, a Administração entende que a estrutura de controle e contratações adotada para a minimização de riscos de crédito, corroborada pela regulação setorial emanada da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, garante às concessionárias riscos mínimos de sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos financeiros. Do mesmo modo, a prudência nos investimentos financeiros minimiza os riscos de crédito, uma vez que realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agência de *rating*.

Reitera-se, finalmente, que a Distribuidora utiliza todas as ferramentas de cobrança permitidas pelo Órgão Regulador, tais como: corte por inadimplência; negativação de débitos; e acompanhamento e negociação permanente das posições em aberto.

3.1.3 RISCO DE LIQUIDEZ

A CEB D tem financiado suas operações com recursos oriundos de suas atividades operacionais, do mercado financeiro e com recursos excedentes gerados pelas empresas controladas e coligadas do Grupo. A situação econômica e financeira é constantemente avaliada por meio de informações da área financeira, tratadas em ambiente de executivos da Companhia.

No que concerne ao acompanhamento de caixa, a Administração daquela empresa tem buscado efetividade no gerenciamento orçamentário, visando equilibrar o efeito financeiro da recomposição dos Ativos e Passivos Financeiros Setoriais, bem como a incompatibilidade da estrutura tarifária vigente contra seus custos de Parcela A e Parcela B sem reconhecimento tarifário.

Os planos da Administração para manutenção das atividades da concessionária passam, entre outros, pelo equilíbrio econômico-financeiro, em atendimento as metas regulatórias, previstas no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL, com alternativas para o saneamento e sustentabilidade da Distribuidora, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 2.3.1.1.

Assim, as Demonstrações Financeiras daquela Companhia foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios da concessionária.

3.1.4 RISCO DE TAXA DE JUROS

O Grupo possui ativos e passivos remunerados por taxas de expectativas inflacionárias e/ou encargos de juros. Esses ativos e passivos incluem, relevantemente, os créditos a receber na data base do balanço, debêntures e os empréstimos passivos.

A Companhia desenvolveu análise de sensibilidade para os instrumentos financeiros do Grupo que estão sujeitos às oscilações nas taxas CDI, TLP, IGPM e UMBNDES. A CEB estima que, em um cenário provável em 30 de setembro de 2019, as taxas CDI e IGP-M atinjam os percentuais de 4,75% e 4,00%, respectivamente, de acordo com o Relatório Focus do Banco Central do Brasil, de 27 de setembro de 2019 (Mediana – Top 5 Curto Prazo). No caso da TLP, atribuímos a taxa de 5,00% a.a. para o quarto trimestre de 2019, conforme relatório do ITAÚ BBA de outubro de 2019. A Administração assumiu a premissa de que esta taxa não sofrerá alterações que possam impactar materialmente as projeções até a data de 30 de setembro de 2020. Também se espera que a taxa de 4,06% da UMBNDES se mantenha em linha com o índice atual. Fica registrado que os instrumentos financeiros contratados com taxas pré-fixadas não foram objeto de avaliação.

A tabela seguinte mostra a possibilidade de perda ou ganho que poderá ser reconhecida no resultado Consolidado do exercício seguinte:

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures

Exposição em 30/09/2019	Risco	Efeito	Cenários Projetados – 12 meses		
			Provável	Possível – 25%	Remoto – 50%
410.156	Alta do CDI		4,75%	5,94%	7,13%
		Balanço	429.638	434.509	439.380
		Resultado	(19.482)	(24.353)	(29.224)
34.468	Alta do TLP		5,00%	6,25%	7,50%
		Balanço	36.191	36.622	37.053
		Resultado	(1.723)	(2.154)	(2.585)
279	Alta do IGPM		4,00%	5,00%	6,00%
		Balanço	290	293	296
		Resultado	(11)	(14)	(17)
7.232	Baixa do UMBNDES		4,06%	5,08%	6,09%
		Balanço	7.526	7.599	7.672
		Resultado	(294)	(367)	(440)
Total Balanço			473.646	479.023	484.401
Total Resultado			(21.511)	(26.888)	(32.266)

3.1.5 RISCO CAMBIAL

A Distribuidora, em outubro de 2018, firmou com a Eletrobras, a renegociação da dívida de fornecimento de energia elétrica da Usina de Itaipú Binacional, referentes às faturas dos meses de março a julho de 2018, as quais totalizam US\$ 31.948 mil dólares americanos. Esses valores serão atualizados durante a realização do contrato a taxa 0,5% (meio por cento), calculados *pro rata die*, durante os primeiros 15 (quinze) dias e de 1% (um por cento), também calculados *pro rata die*, a partir do 16º (décimo sexto dia) de cada mês.

O valor total deveria ser amortizado em 18 parcelas mensais e consecutivas, com início em 30 de novembro de 2018 e com juros remuneratórios da ordem de 1% ao mês, calculados *pro rata die*, a partir da assinatura do contrato. No entanto, em 9 de julho de 2019 a Companhia liquidou o saldo devedor da operação por R\$ 79.113.

Em 30 de setembro de 2019, não haviam mais riscos significativos envolvidos.

3.1.6 RISCO OPERACIONAL

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura do Grupo e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. Riscos operacionais surgem em todas as operações do Grupo.

O objetivo da Administração da Companhia é gerenciar o risco operacional de todo o Grupo para: (i) evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Organização e de suas controladas e coligadas; (ii) buscar eficácia de custos.

Relativamente à gestão de risco, há duas vertentes predominantes que têm merecido particular atenção da Administração: (i) a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A.; e (ii) as consequências da crise hídrica, que apesar de estarem aparentemente superadas para este exercício, ainda repercutem no Mecanismo de Realocação de Energia – MRE, resultando em encargos relevantes para a CEB Lajeado S.A.; a CEB Participações S.A.; a CEB Geração S.A.; a Corumbá Concessões S.A.; e a Energética Corumbá III S.A..

As ações da Administração referente a conjuntura econômico-financeira da CEB Distribuição S.A. estão descritos na Nota Explicativa 2.3.1.1 (i).

3.1.7 RISCO REGULATÓRIO

Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão nº 066/1999 - ANEEL estabelece, entre outros, parâmetros mínimos de sustentabilidade econômico-financeiro, limites anuais globais de indicadores de continuidade coletivos, bem como condições para prorrogação do contrato de concessão.

No exercício de 2018, a CEB D apresentou, por apuração interna, seu LAJIDA Regulatório inferior à Quota de Reintegração Regulatória – QRR. Caso haja descumprimento de qualquer meta, prevista no citado Aditivo, por dois anos consecutivos ou quaisquer das Condições ao final do quinto ano, é prevista a extinção da Concessão, respeitado o direito à ampla defesa e ao contraditório.

Como alternativa, a Administração vem elaborando plano de ação, com critérios e metas pré-definidas para recuperação do equilíbrio econômico-Financeiro da Companhia, tendo em vista o não atendimento dos covenants regulatórios atribuídos para o exercício de 2019.

Adicionalmente, a Companhia possui a obrigatoriedade de destinação de 1% da Receita Operacional Líquida aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), Fundo Nacional

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL).

Dessa forma, à luz da Lei nº 9.991/2000, a concessionária que acumular, em 31 de dezembro de cada ano, um montante superior ao investimento obrigatório dos 24 meses anteriores, incluindo o mês de apuração (dezembro), obrigações com P&D e ou PEE, está sujeita às penalidades previstas na Resolução Normativa nº 63/2004.

3.1.8 RISCO DE ACELERAÇÃO DE DÍVIDAS

A CEB Distribuição S.A. possui contratos de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamentos, com cláusulas restritivas (covenants) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou obtida anuência prévia dos credores para o não atendimento.

3.1.9 RISCO DE SUB/SOBRECONTRATAÇÃO

Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a CEB D e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Distribuidora pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada.

No primeiro caso, a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessionária. No segundo caso, além da CEB D ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

3.2 GESTÃO DE CAPITAL

Os objetivos do Grupo ao administrar seu capital são os de salvaguardar sua capacidade de continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital do Grupo, a Administração pode propor, nos casos em que precisar da aprovação dos acionistas, rever a política de pagamento de dividendos; devolver capital aos acionistas; emitir novas ações; ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

O Grupo monitora o capital com base no índice de alavancagem financeira. Esse índice corresponde à dívida líquida expressa como percentual do capital total. A dívida líquida, por sua vez, corresponde ao total de empréstimos, financiamentos e debêntures de curtos e longos prazos, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, subtraído do montante de caixa e equivalentes de caixa. O capital total é apurado por meio da soma do patrimônio líquido, conforme demonstrado no balanço patrimonial consolidado, com a dívida líquida.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Os índices de alavancagem financeira podem ser assim resumidos:

Alavancagem Financeira (Consolidado)	30/09/2019	31/12/2018
Total dos Empréstimos e Financiamento/Debêntures (Notas Explicativas nºs 16 e 17)	452.680	537.060
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota Explicativa nº 4)	(229.391)	(179.699)
Dívida líquida	223.289	357.361
Total do Patrimônio Líquido	448.596	587.113
Total do Capital	671.885	944.474
Índice de Alavancagem Financeira - %	33,2	37,8

4. CAIXAS E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Caixa e Bancos Conta Movimento	9	15	53.864	46.598
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata	9.537	12.769	175.527	133.101
Total	9.546	12.784	229.391	179.699

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, sendo os principais instrumentos financeiros representados por CDB's (Certificados de Depósitos Bancários), aplicados junto ao Banco de Brasília S.A. – BRB, conforme determinação legal. Os investimentos têm alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia têm rentabilidade compatível às variações do CDI (Certificado de Depósito Bancário), com remuneração de 98% deste indicador. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

5. CONTAS A RECEBER

5.1 COMPOSIÇÃO DO CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Consumidores, Concessionárias e Permissionárias			678.584	689.124
Títulos de Créditos a Receber			96.581	67.332
Serviços Prestados a Terceiros	30.713	36.606	56.379	57.287
Total a Receber Bruto	30.713	36.606	831.544	813.733
Estimativa de Perdas Com Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.528)	(9.612)	(159.709)	(157.761)
Total a Receber Líquido	18.185	26.994	671.835	655.972
Circulante	18.185	26.994	624.493	622.655
Não Circulante			47.342	33.317

A CEB Distribuição S.A. vem adotando ações de cobrança na busca de redução da inadimplência por meio de reavisos, telemarketing ativo, negativação SERASA, protesto, parceria CEB DIS/ TJDFT-CEJUSC através do Acordo de Cooperação Técnica nº 014/2017 e suspensões de fornecimentos de energia elétrica.

A expectativa para o quarto trimestre de 2019 é que a CEB D intensifique seu processo de recuperação de créditos inadimplentes mediante contratação de empresa especializada para a atuação na suspensão de fornecimento de energia elétrica, bem como a evolução do programa “Recupera” (negociação de dívidas vencidas).

5.2 VALORES A RECEBER POR IDADE DE VENCIMENTO (CONSOLIDADO)

	Saldos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos há mais de 180 dias	Total 30/09/2019	Total 31/12/2018
Classes de Consumidor						
Residencial	93.102	99.447	34.376	11.917	238.842	249.272
Industrial	4.611	2.394	274	1.827	9.106	9.883
Comércio, Serviços e Outros	64.913	32.151	8.075	24.714	129.853	137.090
Rural	4.967	3.105	1.017	1.059	10.148	10.814
Poder Público	34.837	8.530	1.046	25.874	70.287	62.693
Iluminação Pública	16.690			24.483	41.173	54.678
Serviço Público	17.301				17.301	14.557
Subtotal Consumidores	236.421	145.627	44.788	89.874	516.710	538.987
Serviço Taxado	1.000				1.000	1.667
Concessionárias e Permissionárias	1.160				1.160	2.656
Serviços prestado a terceiros	19.992	18.589	7.589	18.960	65.130	57.477
Contribuição do consumidor	1.206				1.206	
Fornecimento Não Faturado	164.197				164.197	155.033
Parcelamentos a Faturar CP e LP	73.932				73.932	33.948
Energia Elétrica Curto Prazo - CCEE	19.265				19.265	29.779
Arrecadação a Classificar	(18.107)				(18.107)	(12.885)
Outros	7.051				7.051	7.071
TOTAL	506.117	164.216	52.377	108.834	831.544	813.733
Estimativa de Perdas com Créditos Liquidação Duvidosa			(50.875)	(108.834)	(159.709)	(157.761)
Contas a Receber Líquido	506.117	164.216	1.502		671.835	655.972

5.3 ESTIMATIVA DE PERDAS COM CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A PECLD foi constituída em bases consideradas suficientes para cobrir eventuais perdas na realização dos créditos. Os critérios adotados foram os valores a receber dos consumidores da classe residencial, vencidos há mais de 90 dias; da classe comercial, vencidos há mais de 180 dias; e das demais classes, vencidos há mais de 360 dias, incluindo parcelamento de débitos. Para a Controladora foram considerados débitos vencidos a mais de 90 dias.

Com a adoção do Pronunciamento Técnico CPC 48, foram considerados ainda, para efeitos de constituição da PECLD, o incremento das faturas de clientes com histórico de inadimplemento, excetuando-se as faturas vencidas até noventa dias, haja vista seu potencial de recebimento através da cobrança administrativa vinculada ao corte de energia elétrica.

Segue resumo das faixas de atrasos sujeitas às provisões, conforme critério de constituição determinado pela Administração da Companhia:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Poder Público – Vencidos há mais de 90 dias	(12.528)	(9.612)	(32.268)	(37.192)
Iluminação Pública – Vencidos há mais de 90 dias			(24.641)	(24.640)
Residencial – Vencidos há mais de 90 dias			(50.928)	(51.987)
Comercial – Vencidos há mais de 90 dias			(49.389)	(41.429)
Serviço Público – Vencidos há mais de 90 dias			(728)	(728)
Industrial – Vencidos há mais de 90 dias			(1.146)	(1.010)
Rural – Vencidos há mais de 90 dias			(1.309)	(775)
Total	(12.528)	(9.612)	(159.709)	(157.761)

A movimentação da estimativa de perdas com créditos de liquidação duvidosa está assim apresentada:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018	(9.612)	(157.761)
Adições	(13.265)	(135.058)
Baixa Para Perda – Lei 9.430/96		109.426
Reversões	10.349	133.110
Saldo em 30 de setembro de 2019	(12.528)	(159.709)

5.4 CRÉDITOS COM O GOVERNO DO DISTRITO FEDERAL

Em 30 de setembro de 2019, o valor das perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa com o Governo do Distrito Federal totalizou R\$ 57.959, dos quais, R\$ 45.431 no âmbito da CEB D referentes a consumo de energia, e R\$ 12.528 relativos a serviços de iluminação pública prestados pela CEB.

Os créditos devidos pelo Governo do Distrito Federal, líquidos de provisão, são representados pelos valores a receber de entidades e órgãos da administração pública do Distrito Federal, cujo valor total corresponde a R\$ 68.352, em 30 de setembro de 2019 (R\$ 95.304 em 31 de dezembro de 2018), compostos por fornecimento de energia elétrica, serviços de manutenção e obras de iluminação pública.

Apresentamos a composição dos créditos com o acionista controlador por tempo de vencimento:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Saldo Vincendos	4.687	19.459	50.663	59.443
Vencidos até 90 dias	13.498	7.435	17.689	33.675
Vencidos de 91 a 360 dias	5.134	3.965	5.283	6.051
Vencidos há mais de 360 dias	7.394	5.747	52.676	53.421
Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	(12.528)	(9.612)	(57.959)	(57.286)
Total	18.185	26.994	68.352	95.304

6. TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES COMPENSÁVEIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ (a)	20.502	19.443	72.782	26.096
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL (a)	7.772	7.386	30.305	13.004
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	2.647	2.448	2.916	2.461
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS (b)			8.919	9.194
Contribuição Social para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	91	80	636	623
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	482	384	3.028	2.721
Programa de Integração Social – PIS	406	404	811	615
Outros	602	602	645	602
Total	21.502	30.747	120.042	55.316
Circulante	5.038	4.684	85.829	23.169
Não Circulante	27.464	26.063	34.213	32.147

(a) Os valores de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se às antecipações feitas no período; aos saldos negativos de exercícios anteriores; e às retenções fonte por órgãos públicos, em razão de a opção de apuração ser pelo Lucro Real Anual, bem como dos créditos provenientes de tributos diferidos e de ações judiciais.

(b) Os montantes de ICMS pagos na aquisição de bens utilizados na atividade de distribuição de energia da controlada CEB D são passíveis de ser compensados com os débitos do ICMS sobre faturamento, nos termos e critérios estabelecidos pela legislação fiscal vigente. A utilização dos créditos do ICMS é diferida em 48 parcelas mensais, de acordo com a Lei Complementar nº 102/2000.

6.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS E NÃO RECONHECIDOS

6.1.1 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS RECONHECIDOS

Em conformidade com a Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, a Administração, fundamentada em estudo técnico de viabilidade, estima a realização do ativo fiscal diferido no valor de R\$ 26.788, conforme demonstrado abaixo:

CONTROLE DE PREJUÍZO FISCAL ACUMULADO A COMPENSAR			
Base Negativa e Prejuízo Fiscal	Controle de Valores	D/C	ATIVO FISCAL DIFERIDO
			= Saldo x (+/-)34%
	78.829	C	26.788
TOTAL DA BASE DE APURAÇÃO DO ATIVO FISCAL DIFERIDO			78.845
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 30/09/2019 (34%)			26.788
TOTAL ATIVO FISCAL DIFERIDO APURADO EM 31/12/2018			25.404

Na perspectiva da Administração, norteadas pelo estudo técnico para a realização do ativo fiscal diferido, prevê que os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e parte das diferenças temporárias possam ser realizados, conforme descrito nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018.

6.1.2 ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS NÃO RECONHECIDOS

Segue o demonstrativo dos ativos fiscais diferidos não registrados:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Diferenças Temporárias	4.329	3.268	114.649	106.595
Prejuízo Fiscal e Base Negativa			137.202	161.626
Total	4.329	3.268	247.522	268.221

A Companhia não reconheceu ativo fiscal diferido sobre Provisões para Contingências ou Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa, por entender que tais diferenças temporárias geram dúvidas quanto a sua realização nos prazos previstos na Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002.

As suas controladas não registram os efeitos dos ativos fiscais diferidos de imposto de renda e contribuição social, decorrentes de diferenças temporárias, Prejuízo Fiscal e Base Negativa, por não atenderem os critérios exigidos na referida instrução.

7. VALORES A RECEBER DE PARCELA “A” E OUTROS COMPONENTES FINANCEIROS

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 30/09/2019
CVA Ativa	513.388	132.757	(343.258)	13.318	(2.107)	314.098
Aquisição de Energia – (CVAenergia)	457.332	102.981	(305.930)	10.805		265.188
Energia Adquirida – Proinfa	739	4.315	(204)	253		5.103
Transporte Rede Básica	15.307	1.788	(13.982)	318	(2.107)	1.324
Transporte de Energia – Itaipu	7.564	2.785	(6.124)	221		4.446
Conta Desenv Energético - CDE	32.446	20.888	(17.018)	1.721		38.037
Demais Ativos Financeiros Setoriais	349.316	147.910	(241.413)	486	(5.280)	251.019
Neutralidade da Parcela A	33.426	3.274	(30.534)			6.166
Sobrecontratação de Energia	165.990	14.831	(138.677)	383	(5.280)	37.247
Angra	3.591		(3.280)			311
Risco Hidrológico	74.780	144.040	(68.310)			150.510
Competência	70.859	(38.336)				32.523
Acordo Bilateral		23.898		103		24.001
Outros	670	203	(612)			261
Total Ativos Financeiros Setoriais	862.704	280.667	(584.671)	13.804	(7.387)	565.117
Circulante						565.117

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 31/12/2018	Constituição	Amortização	Atualização	Transferência	Saldo em 30/09/2019
Passivos Financeiros Setoriais (CVA)	(152.885)	(58.125)	108.700	(5.053)	2.107	(105.256)
Aquisição de Energia - (CVAenerg)		(2.211)				(2.211)
Energia Adquirida - PROINFA	(56)	(6)	51			(11)
Transporte Rede Básica	(1.300)	(1.771)		(764)	2.107	(1.728)
Encargo Serviço Sistema - ESS	(150.334)	(31.259)	107.668	(3.397)		(77.322)
Conta Desenv Energético - CDE	(1.195)	(22.878)	981	(892)		(23.984)
Demais Passivos Financeiros Setoriais	(473.119)	(155.713)	232.929	(6.310)	5.275	(396.938)
Neutralidade da Parcela A	(14.701)	14.910	(252)	46		3
Sobrecontratação de Energia	(90.341)	(10.675)		(5.304)	5.275	(101.045)
Devoluções Tarifárias UD/ER	(40.209)	(13.315)	15.890	(1.052)		(38.686)
Reversão Financeira MCP	(59.179)		54.058			(5.121)
Risco Hidrológico	(187.553)	(146.633)	89.117			(245.069)
Ressarcimento P&D	(14.839)		13.555			(1.284)
Reversão RTE 2018	(66.297)		60.561			(5.736)
Total Passivos Financeiros Setoriais	(626.004)	(213.838)	341.629	(11.363)	7.382	(502.194)
Circulante						483.721
Não Circulante						18.473

	31/12/2018	Constituição	Amortização	Atualização	Transferências	30/09/2019
CVA líquida (Ativo - Passivo)	236.700	66.829	(243.042)	2.441		62.925

8. ATIVO FINANCEIRO INDENIZÁVEL

O ativo financeiro da concessão corresponde à parcela estimada dos investimentos realizados na infraestrutura do serviço público que não será totalmente depreciada até o final da concessão.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 38, as alterações resultantes de mudanças nas condições de mercado (variações em taxas de juros) são registradas no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes. Por não existir um mercado ativo para negociação deste ativo financeiro, a Companhia mensura seu valor justo utilizando os mesmos componentes da taxa de remuneração regulatória estabelecida pela ANEEL (WACC Regulatório). Caso a concessionária verifique uma mudança no WACC regulatório durante os períodos de revisão tarifária, essa nova taxa de juros é utilizada para trazer a valor presente os fluxos de caixa estimados. A CEB D entende que esta metodologia é a que melhor reflete o valor

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

justo na visão dos participantes do mercado, uma vez que a taxa de retorno estabelecida pela ANEEL leva em consideração, além das taxas livres de riscos, os demais riscos inerentes ao setor.

Portanto, os ajustes decorrentes da diferença entre o WACC de mercado e o WACC regulatório são reconhecidos no patrimônio líquido. Não há saldo registrado em outros resultados abrangentes, uma vez que a Companhia concluiu que naquela data não ocorreu diferença entre essas taxas na data-base destas demonstrações contábeis.

A movimentação do saldo referente ao ativo financeiro indenizável (concessão) para o período de nove meses, mostrada no quadro seguinte:

	Consolidado
Saldos em 31 de dezembro de 2017	137.481
Adições	1.968
Baixas	(18)
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	5.019
Saldos em 31 de dezembro de 2018	144.450
Adições	446
Ajuste do Ativo Financeiro de Concessão a VNR	4.768
Saldos em 30 de setembro de 2019	149.664

9. INVESTIMENTOS

9.1 COMPOSIÇÃO DOS INVESTIMENTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Avaliados por Equivalência Patrimonial	381.456	579.617	343.902	334.158
Propriedade Para Investimento			274.400	274.420
Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital	85.942	4.717	4.637	4.637
Outros	209	211	209	211
Total	467.607	584.545	623.148	613.426

9.2 INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

Investidas	Controladora					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas pela CEB		
						30/09/2019	31/12/2018
CEB Distribuição S.A.	763.181	156.700	100	100	350.532.450	73.156	267.463
CEB Lajeado S.A.	112.283	309.410	59,93	59,93	82.013.911	92.966	78.199
Corumbá Concessões S.A.	171.516	195.420	45,2	9,3	256.009.911	88.342	87.831
Energética Corumbá III S.A.	121.586	172.413	37,5	25	45.594.783	64.453	62.593
CEB Participações S.A.	21.270	35.826	100	100	41.270.415	35.826	31.592
CEB Geração S.A.	7.575	26.695	100	100	7.575.212	26.695	51.880
Companhia Brasiliense de Gás S.A.	5.721	756	17	51	30.600	18	59
Total						381.456	579.617

Investidas	Consolidado					Valor Contábil	
	Capital Social Integralizado	Patrimônio Líquido	Participação no Capital Social (%)	Participação nas Ações Ordinárias (%)	Número de Ações Detidas Pela CEB e Controladas		
						30/09/2019	31/12/2018
Corumbá Concessões S.A.	171.516	195.420	47,55	9,30	269.294.911	92.927	92.389
Investco S.A.	6.868	923.611	20,00	20,00	133.563.595	186.522	179.176
Energética Corumbá III S.A.	121.586	172.413	37,50	25,00	45.594.783	64.453	62.593
Total						343.902	334.158

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

9.2.1 INFORMAÇÕES FINANCEIRAS RESUMIDAS

Investidas	30/09/2019			31/12/2018		
	Ativos	Passivos	Receita Líquida	Ativos	Passivos	Receita Líquida
CEB Distribuição S.A.	2.846.339	2.692.009	1.868.371	3.041.731	2.774.268	2.456.208
Corumbá Concessões S.A.	654.640	459.219	141.072	645.946	451.656	165.750
CEB Lajeado S.A.	359.117	49.707	143.752	328.364	45.361	171.589
Energética Corumbá III S.A.	228.782	56.370	33.707	227.376	60.068	45.491
CEB Participações S.A.	39.460	3.634	20.515	38.662	7.070	15.664
CEB Geração S.A.	30.869	4.174	18.694	90.563	38.682	18.306
Companhia Brasileira de Gás S.A.	1.203	447	4.051	1.437	646	280

9.2.2 MOVIMENTAÇÃO DOS INVESTIMENTOS AVALIADOS POR EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

	Controladora							
	CEB Distribuição S.A.	CEB Lajeado S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	CEB Participações S.A.	CEB Geração S.A.	Companhia Brasileira de Gás S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	320.459	73.095	71.472	62.309	26.795	11.445	129	565.706
Resultado de Equivalência Patrimonial	(33.678)	26.370	18.084	5.212	14.621	56.009	(58)	86.560
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	19.643						(12)	19.631
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(38.961)	(8)						(38.969)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(11.258)	(1.725)	(4.928)	(9.824)	(15.574)		(43.309)
Redução de Capital		(10.000)						(10.000)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	267.463	78.199	87.831	62.593	31.592	51.880	59	579.617
Resultado de Equivalência Patrimonial	13.486	30.429	698	5.380	12.179	8.109	(41)	70.240
Aporte/Adiantamento Para Futuro Aumento de Capital – AFAC	81.173						131	81.304
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio		(6.662)		(3.520)	(6.945)	(33.294)		(50.421)
Dividendos Antecipados		(9.000)			(1.000)			(10.000)
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas	(207.792)		(187)					(207.979)
Saldo em 30 de setembro de 2019	154.330	92.966	88.342	64.453	35.826	26.695	149	462.761

	Consolidado			
	Investco S.A.	Corumbá Concessões S.A.	Energética Corumbá III S.A.	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	177.931	75.341	62.309	315.581
Resultado de Equivalência Patrimonial	(6.339)	(1.830)	(4.929)	(13.098)
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	7.584	18.878	5.213	31.675
Saldo em 31 de dezembro de 2018	179.176	92.389	62.593	334.158
Resultado de Equivalência Patrimonial	9.234	724	5.380	15.338
Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	(1.888)		(3.520)	(5.408)
Equivalência Patrimonial Reflexa – PL de Controladas e Coligadas		(186)		(186)
Saldo em 30 de setembro de 2019	186.522	92.927	64.453	343.902

9.3 PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS NÃO CONTROLADORES

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 217.050, dos quais, R\$ 216.444 são atribuíveis aos acionistas não controladores da CEB Lajeado S.A. e R\$ 606 são atribuíveis aos acionistas não controladores da Companhia Brasileira de Gás S.A..

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

10. IMOBILIZADO

10.1 MOVIMENTAÇÃO

	Controladora				
	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Transferências	30/09/2019
Imobilizado em Serviços	14.214	18			14.232
Terrenos	11.036				11.036
Edificações	2.464				2.464
Máquinas e Equipamentos	344	18			362
Equipamento de Informática	127				127
Móveis e Utensílios	243				243
Depreciação Acumulada	(1.078)	(131)			(1.209)
Edificações	(642)	(82)			(724)
Máquinas e Equipamentos	(196)	(24)			(220)
Equipamento de Informática	(4)	(19)			(23)
Móveis e Utensílios	(236)	(6)			(242)
Imobilizado Líquido	13.136	(113)			13.023

	Consolidado				
	31/12/2018	Aquisições	Baixas	Transferências	30/09/2019
Imobilizado em Serviços	129.965	475	(55)	2.799	133.184
Terrenos	14.124	225			14.349
Reservatórios, Barragens e Adutoras	13.928	18		981	14.927
Edificações	22.036	4			22.040
Máquinas e Equipamentos	46.375	228	(55)		46.548
Veículos	24.012			1.818	25.830
Móveis e Utensílios	9.316				9.316
Outros	174				174
Imobilizado em Curso	44.389	19.279		(14.691)	48.977
Depreciação Acumulada	(71.794)	(3.478)			(75.272)
Reservatórios, Barragens e Adutoras	(4.777)	(229)			(5.006)
Edificações	(10.100)	(428)			(10.528)
Máquinas e Equipamentos	(32.851)	(933)			(33.784)
Veículos	(18.240)	(1.533)			(19.773)
Móveis e Utensílios	(5.727)	(336)			(6.063)
Outros	(99)	(19)			(118)
Imobilizado Líquido	102.560	16.276	(55)	(11.892)	106.889

A taxa de depreciação aplicada nos ativos da Companhia comumente levam em consideração a estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão, definida pela ANEEL.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11. INTANGÍVEL

11.1 MOVIMENTAÇÃO

	Controladora					
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/09/2019
Intangíveis - Software	4.706					4.706
Total	4.706					4.706
Amortização Acumulada						
Intangíveis - Software	(735)	(707)				(1.442)
Total	(735)	(707)				(1.442)
Intangível Líquido	3.971	(707)				3.264

	Consolidado					
	31/12/2018	Adições	Baixas	Transferências	Outros	30/09/2019
Direito de uso da concessão						
Em serviço	1.165.624	10.225				1.175.849
Em curso	61.827	30.814		(13.275)	(4.754)	74.612
Outros Intangíveis						
Em serviço	105.675					105.675
Em curso	54	1.212				1.266
Direito de Exploração da Concessão	158.946					158.946
Total	1.492.126	42.251		(13.275)	(4.754)	1.516.348
Amortização Acumulada						
Direito de uso da concessão						
Em serviço	(417.962)	(31.522)				(449.484)
Outros Intangíveis						
Em serviço	(77.528)	(8.373)				(85.901)
Direito de Exploração da Concessão	(76.530)	(4.416)				(80.946)
Total	(572.020)	(44.311)				(616.331)
Intangível Líquido	920.106	(2.060)		(13.275)	(4.754)	900.017

A ANEEL estabelece a vida útil econômica estimada de cada bem integrante da infraestrutura de distribuição para efeito de determinação da tarifa, bem como para apuração do valor da indenização no vencimento da concessão. Essa estimativa é revisada periodicamente e aceita pelo mercado como adequada para efeitos contábeis e regulatórios.

A Administração entende que a amortização do direito de uso da concessão deve respeitar o retorno esperado de cada bem da infraestrutura da concessão, via tarifa. Assim sendo, o intangível é amortizado pelo prazo esperado desse retorno, limitado ao prazo de vencimento da concessão.

O valor contábil de cada bem que ultrapassa o prazo do vencimento da concessão está alocado como Ativo Financeiro Indenizável (concessão).

Não houve indícios de perdas no valor recuperável desses ativos até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras Intermediárias.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

11.2 DIREITO DE EXPLORAÇÃO DE CONCESSÃO DE GERAÇÃO

A CEB Lajeado S.A. em conjunto com a EDP Lajeado Energia S.A. e a Paulista Lajeado Energia S.A. são detentoras do direito de exploração de concessão da Usina Luis Eduardo Magalhães, que integra a operação da Investco S.A..

Nos anos de 2005 e 2006 ocorreu a reestruturação societária decorrente do contrato de venda e compra de ações entre a Investco S.A. e seus acionistas. Com a efetivação do negócio, foi reconhecido um ágio no valor de R\$ 158.946, que foi fundamentado como direito de exploração de concessão. Este direito de exploração de concessão será amortizado até o ano de 2032, que representa o fim da concessão.

O saldo em 30 de setembro de 2019 e em 31 de dezembro de 2018 podem ser assim mostrados:

	30/09/2019	31/12/2018
Ágio	158.946	158.946
Amortização Acumulada	(80.944)	(76.529)
Saldo Líquido	78.002	82.417

12. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Suprimento de Energia Elétrica			118.557	440.475
Materiais e Serviços	12.298	15.237	29.495	47.224
Encargos de Uso de Rede Elétrica			39.707	36.608
Fornecedores de Gás			338	541
Total	12.298	15.237	188.097	524.848
Circulante	12.298	15.237	188.097	488.018
Não Circulante				36.830

A rubrica Suprimento de Energia Elétrica é composta pelas obrigações com fornecedores relativas a contratos de cotas (Itaipu, Angra, PROINFA e Usinas com concessão renovada - CCGF), contratos de comercialização em ambiente regulado - CCEAR (leilão), contratos bilaterais que a Companhia mantém com partes relacionadas (CEB Lajeado, Corumbá Concessões e Energética Corumbá III) e Energia Elétrica de Curto Prazo.

12.1 PARCELAMENTO MERCADO DE CURTO PRAZO - MCP

Em agosto de 2018, na 1009ª Reunião Extraordinária do Conselho de Administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE, de acordo com os termos dos incisos I e VIII do art. 28 da Convenção de Comercialização, instituída pela Resolução Normativa ANEEL nº 109/2004, e dos incisos II do art. 22 do Estatuto Social da CCEE, os conselheiros da CCEE decidiram acatar parcialmente a proposta de parcelamento apresentada pelo agente CEB Distribuição S.A.

De acordo com a decisão, o valor parcelado foi de R\$ 196.397, que deverá ser incluído encargos moratórios de 1% ao mês e atualização monetária pelo IGPM/IBGE, contemplando o período entre a data da liquidação financeira da contabilização de maio de 2018 até a data da liquidação financeira da contabilização em que se iniciar o parcelamento. O referido Parcelamento será amortizados em 16 parcelas mensais, acrescidas de juros e atualização monetária de mesma grandeza.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 10 de julho de 2019 a Distribuidora liquidou antecipadamente o saldo devedor da operação pelo valor de R\$ 70.819.

12.2 PARCELAMENTO ITAIPU BINACIONAL

A Companhia renegociou a dívida de fornecimento de energia elétrica da Usina de Itaipu Binacional, com as Centrais Elétricas Brasileiras, referente às faturas dos meses de março a julho de 2018, no montante de US\$ 31.948, que foram atualizados até a realização do contrato a uma taxa de 0,5%, durante os primeiros 15 dias e de 1%, a partir do 16º dia de cada mês, calculados pro rata die.

O valor total será amortizado em 18 parcelas mensais e consecutivas, com início em 30/11/2018 e com juros remuneratórios da ordem de 1% ao mês, calculados pro rata die, a partir da assinatura do contrato.

Em 9 de julho de 2019 a Companhia liquidou o saldo devedor da operação por R\$ 79.113.

13. OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

13.1 RESUMO DAS OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica e Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido	99.230	99.462	257.979	281.184
Outros Tributos	856	3.025	601.984	262.142
Total	100.086	102.487	859.963	543.326
Circulante	3.304	5.706	462.042	220.970
Não Circulante	96.782	96.781	397.921	322.356

13.1.1 IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	73.611	73.610	190.724	208.864
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.619	25.852	67.225	72.320
Total	99.230	99.462	257.979	281.184
Circulante	2.448	2.681	99.954	65.699
Não Circulante	96.782	96.781	158.025	215.485

A opção de tributação da Companhia e suas controladas CEB Distribuição S.A. e CEB Lajeado S.A. é o lucro real anual com antecipações mensais. As demais controladas optaram pelo regime de tributação lucro presumido.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

O quadro seguinte apresenta a apuração resumida do IRPJ e da CSLL em 30 de setembro de 2019 e em 2018:

	Controladora				Consolidado			
	IRPJ		CSLL		IRPJ		CSLL	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Resultado Antes dos Tributos Sobre o Lucro	69.425	(31.416)	69.425	(31.416)	166.988	(73.465)	166.988	(6.012)
Resultado das Empresas Tributadas Pelo Lucro Presumido					20.262	(17.705)	20.262	(17.705)
Total do Resultado Tributável	69.425	(31.416)	69.425	(31.416)	187.260	(91.170)	187.260	(23.717)
Equivalência Patrimonial	(70.240)	38.542	(70.240)	38.542	(79.474)	34.117	(79.474)	34.117
Adições/Exclusões Permanentes	(18.298)	(3.720)	(18.298)	(3.720)	48.687	8.134	48.687	4.160
Adições/Exclusões Temporárias	16.816	(9.526)	16.816	(9.526)	174.642	(1.243)	174.642	(36.622)
Base de Cálculo Antes da Compensação do Prejuízo Fiscal	(2.297)	(6.120)	(2.297)	(6.120)	331.115	(50.162)	331.115	(22.062)
(-)Compensação Prejuízo Fiscal					(71.883)		(71.883)	
Base de Cálculo	(2.297)	(6.120)	(2.297)	(6.120)	259.282	(50.162)	259.282	(22.062)
Alíquota Aplicável	25%	25%	9%	9%	25%	25%	9%	9%
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente								
IRPJ/CSLL – Controladora e Controladas					(60.236)	(11.876)	(21.720)	(4.282)
IRPJ – Lucro Presumido					(1.511)	(831)	(709)	(423)
Ajustes IRPJ/CSLL do período								
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente					(61.747)	(12.707)	(22.429)	(4.705)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	1.018	804	366	289	43.905	2.762	15.805	994
Total do Imposto de Renda e Contribuição Social	1.018	804	366	289	(17.842)	(9.945)	(6.624)	(3.711)

13.1.1.1. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

	Empresa	Movimentação do período	IRPJ	CSLL
Alíquotas			25%	9%
Controle do Não Faturado e Custos a Faturar Líquido	Controladora	4.070	1.018	366
Valores a Receber de Parcela "A" - CVA	CEB Distribuição S.A.	173.771	43.443	15.639
Valor Novo de Reposição - VNR	CEB Distribuição S.A.	(4.768)	(1.192)	(429)
Estimativa Mensal - MCP	CEB Lajeado S.A.	2.544	636	229
Total		175.617	43.905	15.805

(i) PASSIVO FISCAL DIFERIDO

A realização dos passivos fiscais diferidos ora registrados ocorrerá por ocasião da venda dos terrenos, pelas realizações do ativo financeiro indenizável e dos ativos e passivos regulatórios.

Os montantes de IRPJ e de CSLL diferidos estão demonstrados no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ	71.163	71.162	116.182	158.432
Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL	25.619	25.619	41.843	57.053
Total	96.782	96.781	158.025	215.485
Não Circulante	96.782	96.781	158.025	215.485

A Companhia reconheceu passivos fiscais diferidos de tributos federais relativos ao reconhecimento do ganho sobre a mais valia no momento da reavaliação dos terrenos realizada em 2010. Já no âmbito da CEB D trata-se do reconhecimento sobre o VNR (Valor Novo de Reposição) do Ativo Financeiro Indenizável e sobre os Ativos e Passivos Regulatórios reconhecidos de acordo com a OCPC 08. A realização dos passivos

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

fiscais diferidos ocorrerá por ocasião da realização dos terrenos, do Ativo Financeiro Indenizável e dos Ativos e Passivos Regulatórios.

13.1.2 OUTROS TRIBUTOS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Prestações de Serviços de Transportes Estaduais, Intermunicipais e de Comunicações – ICMS			71.766	61.525
Contribuição Social Para Financiamento da Seguridade Social – COFINS	16	1.342	14.313	76.269
Programa de Integração Social – PIS	3	292	3.059	15.509
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS	52	151	535	633
Parcelamentos de Tributos (a)			318.242	108.152
Postergação de Tributos (b)			194.013	
Outros	784	1.240	56	54
Total	856	3.025	601.984	262.142
Circulante	856	3.025	348.631	155.271
Não Circulante			239.896	106.871

(a) Parcelamento de Tributos

ICMS

Em julho de 2018, a Companhia assinou contrato de parcelamento da dívida tributária, relativo ao ICMS sobre faturamento dos meses de outubro e novembro de 2017, com valores principais resultantes em R\$ 53.036 e R\$ 59.084 respectivamente. Para adesão ao parcelamento tributário, foram exigidos multa de 5% no montante de R\$ 5.606 contabilizado em julho de 2018 e sinal de R\$ 5.886. O valor residual de R\$ 111.840 será dividido em 60 parcelas a serem recolhidas a partir de setembro de 2018 com atualizações mensais por juros SELIC.

Em abril de 2019, a Companhia assinou um segundo contrato de parcelamento da dívida tributária, relativo ao ICMS sobre o faturamento dos meses de dezembro de 2018, janeiro e fevereiro de 2019, com valores principais resultantes em R\$ 60.220, R\$ 60.546 e R\$ 33.167 respectivamente. Para adesão ao parcelamento tributário foram exigidos multa de R\$ 13.735, juros de R\$ 2.626 e sinal de R\$ 8.515. O valor residual de R\$ 161.779 foi dividido em 60 parcelas a serem recolhidas a partir de junho de 2019 com atualizações mensais por juros SELIC.

PIS/COFINS

Em agosto de 2019, a Companhia celebrou 3 (três) contratos de parcelamentos de débitos junto à Receita Federal do Brasil (RFB), sob nº 10166-7318 (PIS/COFINS), 10166-732180 (PIS/COFINS) e 14033.720278 (PIS), cujo montante total foi de R\$ 59.058, divididos em 60 parcelas mensais de R\$ 984, acrescidas de juros de 1% e 100% da Selic mensal. O montante parcelado, refere-se à reavaliação dos créditos apurados pela CEB Distribuição S/A dos valores recolhidos a maior a título de PIS/PASEP no período de outubro de 1991 a março de 1996, que foi apurado em desacordo da decisão judicial transitada em julgado e compensados, equivocadamente, com tributos federais durante o ano de 2017.

Em 30 de setembro de 2019, o saldo devedor dos parcelamentos é de R\$ 57.090.

(b) Postergação ICMS

Em 2019, o Governo do Distrito Federal publicou Decretos, mensalmente, de forma a prorrogar a parcela dos ICMS apurado mensalmente conforme demonstrado a seguir:

	ICMS Apurado	ICMS Pago	ICMS Diferido	Novo vencimento
março/19	60.840	22.840	38.000	09/01/2020
abril/19	61.086	30.000	31.086	10/02/2020
maio/19	64.828	30.000	34.828	09/03/2020
Junho/19	62.004	30.000	32.004	10/04/2020
Julho/19	56.147	30.000	26.147	11/05/2020
Agosto/19	61.949	30.000	31.949	10/06/2020
Total	366.854	172.840	194.014	

Essa medida de flexibilização tem sido utilizada pela Administração para mitigar o desequilíbrio financeiro da CEB D, que vem implantando alternativas para a sustentabilidade econômico-financeira prevista em seu Estatuto Social, bem como no Contrato de Concessão nº 066/1999 – ANEEL e Resolução Normativa nº 787/2017-ANEEL, conforme evidenciado na Nota Explicativa nº 1.3.5, descritos nas demonstrações financeiras referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018.

14. CONTRIBUIÇÃO DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA

A Contribuição de iluminação pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para suprir os custos dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e logradouros públicos do Distrito Federal.

O custeio do serviço de iluminação pública compreende:

I – despesas com energia consumida pelos serviços de iluminação pública; e

II – despesas com administração, operações, manutenção, eficientização e ampliação do sistema de iluminação pública.

A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e devida ao Governo do Distrito Federal (GDF).

Em 30 de setembro de 2019, o montante a repassar ao GDF foi de R\$ 42.415 e apresenta a seguinte movimentação:

	FATURADO	ARRECADADO	TOTAL
Saldo em 31 de dezembro de 2018	23.817	32.330	56.147
Faturamento	158.531		158.531
Arrecadação	(158.292)	158.292	
Atualização			
Repasse		(172.233)	(172.233)
Saldo em 30 de setembro de 2019	24.056	18.359	42.415

Em 23 de dezembro de 2014, foi publicada a Lei nº 5.434 que estabeleceu medidas de apoio à CEB D, preparatórias à prorrogação do Contrato de Concessão de Distribuição de Energia. Dentre as medidas adotadas, foi autorizado o parcelamento, em 60 parcelas mensais e sucessivas, do saldo arrecadado e não repassado da CIP nos exercícios de 2013 e 2014, que serão corrigidos pelo INPC, a partir do segundo mês subsequente ao da sua arrecadação, até o mês de início do pagamento do parcelamento. Em 30 de setembro de 2019 o saldo deste parcelamento corresponde a R\$ 13.456.

15. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Superavit de Baixa Renda (a)	82.469	78.795
Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética (b)	131.769	139.653
Encargos do Consumidor a Recolher (c)	19.602	50.574
Total	233.840	269.022
Circulante	46.209	90.107
Não Circulante	187.631	178.915

(a) SUPERAVIT DE BAIXA RENDA

A aplicação da tarifa social de baixa renda, que causou impacto significativo nas receitas operacionais das concessionárias, foi instituída pela Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002. O Decreto nº 4.538, de 23 de dezembro de 2002, e a Lei nº 10.604, de 17 de dezembro de 2002, foram os instrumentos legais instituídos para regulamentar o processo de subvenção econômica, com a finalidade de contribuir para a modicidade da tarifa de fornecimento de energia elétrica dos consumidores finais integrantes da subclasse residencial.

O montante apurado refere-se ao valor a ser ressarcido aos consumidores em decorrência do processo de migração de determinados consumidores residenciais, anteriormente enquadrados na subclasse de baixa renda, para consumidores normais. O ressarcimento deve-se ao fato de as tarifas concedidas à Companhia já terem considerado o enquadramento anterior dos consumidores como de baixa renda.

Em função de argumentos apresentados pela CEB D, a Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF da ANEEL editou a Nota Técnica nº 167/2016-SFF/ANEEL, de 29 de setembro de 2016, em que conclui pela não desconformidade da Distribuidora no tratamento do passivo de baixa renda ao longo dos processos tarifários correspondentes. Destaca, inclusive, o fato do valor do passivo estar devidamente provisionado nas Demonstrações Financeiras da Empresa. Não obstante, a SFF encaminhou o assunto para o pronunciamento das Superintendências de Regulação dos Serviços de Distribuição – SRD e de Fiscalização dos Serviços de Eletricidade – SFE, orientando à CEB Distribuição S.A. que não baixasse o valor do passivo até a decisão final da Agência Reguladora.

Em 17 de outubro de 2017, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória nº 2.316/2017, referente ao Reajuste Tarifário Anual de 2017 da CEB D que decidiu compensar na tarifa o saldo remanescente do referido passivo em modicidade tarifária, atualizado pela Taxa Selic até 23 de dezembro de 2013, perfazendo o montante de R\$ 97.631, em quatro parcelas a serem diferidas nos próximos ciclos tarifários.

A Administração da Companhia continua questionando a obrigatoriedade desse passivo. Em 18 de março de 2018, a Companhia obteve liminar que deferiu, parcialmente, o efeito suspensivo ativo para determinar à ANEEL que se abstenha de efetuar a cobrança relativa ao superavit de receita percebido pela Companhia em decorrência dos critérios de delimitação da subclasse residencial Baixa Renda, bem como de abater, reverter e capturar tais valores na receita e nas tarifas da CEB D, até o julgamento do Agravo de Instrumento. Contudo, em 21 de outubro 2019, foi proferida sentença desfavorável ao pleito da distribuidora, e antes mesmo da publicação, foram opostos embargos de declaração perseguindo o esclarecimento da obscuridade, da contradição e da omissão existentes nessa decisão, com efeitos infringentes (modificativos). Ato contínuo, os autos foram disponibilizados para a ANEEL para se manifestar em contrarrazões quanto ao recurso aviado, para, então, o Magistrado decidir de forma derradeira.

No Reajuste Tarifário Anual (RTA) de outubro de 2018 e 2019, em razão da liminar a CEB D solicitou a reversão dos valores capturados no RTA de 2017, além da não inclusão de valores no processo tarifário em

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

questão. Conforme NT nº 222/2018-SGT/ANEEL e NT nº 181/2019-SGT/ANEEL, a ANEEL resolveu acatar e não incluir nenhuma parcela do financeiro de baixa renda, porém não reverteu os valores capturados de 2017.

Segue a movimentação do Superavit de Baixa Renda para o período:

	Consolidado
Saldo final em 31 de dezembro de 2017	74.036
Atualização	4.759
Saldo final em 31 de dezembro de 2018	78.795
Atualização	3.674
Saldo final em 30 de setembro de 2019	82.469

(b) OBRIGAÇÕES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO – P&D E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA – PEE

A controlada CEB D, por ser uma distribuidora do segmento de energia elétrica, é obrigada a aplicar 1% de sua receita operacional líquida (ROL) em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico.

A obrigatoriedade na aplicação desses recursos está prevista em lei e no contrato de concessão, cabendo à ANEEL regulamentar os investimentos nos programas, acompanhar a execução dos projetos e avaliar seus resultados.

O montante de 1% é destinado aos Programas de Eficiência Energética – PEE; Pesquisa e Desenvolvimento – P&D; ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT; e ao Ministério de Minas e Energia – MME. A participação de cada um dos programas está definida pelas leis nº 10.848 e nº 11.465, de 15 de março de 2004 e 28 março de 2007, respectivamente.

Sobre o saldo do exigível na conta de P&D e EE – Recursos em Poder da Empresa (ou equivalente) devem incidir juros, a partir do segundo mês subsequente ao faturamento, até o mês de lançamento do gasto na Ordem de Serviço - ODS, ou equivalente, calculados mensalmente com base na taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, de acordo com as Resoluções Normativas ANEEL nº 754, de 13/12/2016 e nº 830, de 05/11/2018.

A empresa regulada pela ANEEL com obrigatoriedade de atendimento à Lei nº 9.991/2000 que acumular, em 31 de dezembro de cada ano, na Conta Contábil de P&D e ou PEE um montante superior ao investimento obrigatório dos 24 meses anteriores, incluindo o mês de apuração (dezembro), está sujeita às penalidades previstas na Resolução Normativa nº 63/2004.

Para proceder a essa verificação específica, deve-se excluir do saldo da Conta Contábil:

- No caso do P&D os lançamentos relacionados à execução dos projetos em curso, ativo circulante e não circulante, respectivamente; e
- No caso do PEE os lançamentos relacionados à execução dos projetos em curso circulante e não circulante, as receitas provenientes de contratos de desempenho e a diferença entre o valor provisionado para o Procel e o efetivamente recolhido.

Para os rendimentos provenientes da remuneração pela taxa Selic, também acumulados na Conta Contábil de P&D e de PEE, fica estabelecido o horizonte de até 48 meses, a partir da entrada em vigência da Resolução Normativa nº 754/2016 e nº 830/2018 referente ao P&D e PEE, respectivamente, para regularização, de forma a atender ao disposto nos regulamentos, relativos ao acúmulo de valor nessas Contas.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

A partir desse horizonte de 48 meses, o saldo da Selic deve ser considerado na verificação do limite de acúmulo nas Contas Contábeis de P&D e PEE, pois compõe o montante de investimentos a realizar em P&D e PEE regulado pela ANEEL.

Visando a efetiva aplicação dos valores acumulados no passivo da Distribuidora, o Plano de Negócios do período de 2019 a 2023 prevê metas para a destinação de recursos para tal fim.

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Programa de Eficiência Energética – PEE	73.633	88.114
Pesquisa e Desenvolvimento – P &D	56.005	49.723
Fundo Nacional Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	1.607	1.397
Ministério de Minas e Energia – MME	524	419
Total	131.769	139.653

(c) ENCARGOS DO CONSUMIDOR A RECOLHER

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE		29.083
Taxa Fiscalização do Serviço Energia Elétrica	414	53
Demais Encargos Setoriais	19.188	21.438
Total	19.602	50.574

16. DEBÊNTURES

	Consolidado					
	30/09/2019			31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Principal	23.919	200.000	223.919	247.778	15.315	263.093
Encargos	782		782			
Custos da Emissão	(960)	(2.004)	(2.964)		(296)	(296)
Saldo Total	23.741	197.996	221.737	247.778	15.019	262.797

Informações sobre as debêntures:

	Quantidade em Circulação	Taxa Efetiva	Condições de Amortização	Garantias
1ª Emissão	1.300	CDI + 6,8% a.a.	Parcelas mensais a partir de junho de 2016.	Recebíveis + Alienação de Imóvel
3ª Emissão	200.000	CDI + 4,0% a.a.	Parcelas mensais a partir de setembro de 2021.	Recebíveis

Em 15 de maio de 2019, a Companhia liquidou a última parcela referente a Segunda Emissão de Debêntures, realizando, assim, a amortização total do saldo de Emissão, captada a época por R\$ 71.000, ao custo anual de 100% do CDI, acrescidos de *spread* de 6,8% a.a..

16.1 PRIMEIRA EMISSÃO

A primeira emissão de debêntures, cujo o valor total foi de R\$ 130.000, foi estruturada em 49 parcelas mensais, com prazo de carência de 12 meses, tendo como vencimento final a data de 15 de junho de 2020, com remuneração de 100% da taxa média de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI, acrescidos de um *spread* de 6,8% ano. Possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Noroeste SIA Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como Propriedade para Investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

16.2 TERCEIRA EMISSÃO

A CEB Distribuição S.A. estruturou sua Terceira Emissão de Debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real, em série única, cujo valor total de Emissão foi de R\$ 200.000, tendo como prazo de vencimento 60 meses a contar da sua data de emissão. O Valor Nominal será amortizado em 36 parcelas mensais e consecutivas, com carência de 24 meses, contados da data de emissão, com remuneração de 100% da taxa média diária de juros dos Depósitos Interfinanceiros – DI, acrescidos de um spread de 4% ao ano.

Os recursos oriundos da Terceira Emissão de Debêntures foram utilizados para a liquidação integral, incluindo principal, juros e eventuais encargos, das Cédulas de Crédito Bancário nº 601188-0, 601191-0, 601192-0, 601193-0, 601194-0, 601195-0 e 601372-0, emitidas pela Empresa em favor do Banco BOCOM BBM S.A., para alongamento da dívida de curto prazo e, também, para reforço do capital de giro e gestão ordinária dos negócios da Distribuidora.

16.3 MOVIMENTAÇÃO DAS DEBÊNTURES

Saldo em 31 de dezembro de 2018	262.797
Encargos incorridos	20.776
Encargos pagos	(19.996)
Amortização principal	(39.172)
Custo de Transação	(2.668)
Saldo em 30 de setembro de 2019	221.737

16.4 VENCIMENTOS

O saldo de debêntures tem seus vencimentos assim programados:

Consolidado	2019	2020	2021	2022	Total
CDI + 6,8%	8.473	31.670	65.999	115.595	221.737

16.5 GARANTIAS

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias.

A primeira emissão de debêntures possui ainda como garantia a alienação fiduciária do imóvel localizado no Setor Noroeste SAI Norte PR 155/1/DF, atualmente classificado como ativo não circulante – Propriedade para Investimento, cujo valor de liquidação forçada foi equivalente a 150% do saldo principal das debêntures.

16.6 CONDIÇÕES RESTRITIVAS (COVENANTS)

Os pagamentos das obrigações contratuais das debêntures emitidas são garantidos pela cessão fiduciária de direitos creditórios, presentes e futuros, vincendos, provenientes de faturas de fornecimento de energia, no período compreendido entre a data da primeira integralização das debêntures até sua liquidação total e dos vencimentos das demais obrigações acessórias, tais como: circulação de valores para garantia mínima

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

mensal; e aditamento obrigatório, para a 3ª emissão de Debêntures, para atualização das Unidades Consumidoras dadas em garantias.

Em março de 2019, a CEB D recebeu correspondência da Oliveira Trust, Agente Fiduciário da 3ª emissão de debêntures, notificando a CEB D por descumprimento das obrigações não pecuniárias, e solicitando o vencimento antecipado da operação.

No segundo trimestre de 2019, foi realizada Assembleia Geral de Debenturistas (AGD) em que se pactuou, entre a Companhia e os debenturistas, o pagamento de waiver fee de 1% sobre o saldo das debêntures, no montante de R\$ 2.000, relativo às quebras de covenants, e mantendo a operação com o vencimento original. Na mesma Assembleia também ficou acordado entre as partes a renegociação dos índices de cobertura do serviço da dívida (ICSD) e da dívida líquida sobre o EBITDA. A seguir são apresentadas as condições restritivas e os valores realizados (para o período de 12 meses) das obrigações contratuais em junho de 2019:

	Parâmetros	30/09/2019
Dívida Líquida/EBTIDA	≤ 4,5	0,38
Índice de Cobertura de Serviço de Dívida (ICSD)	≥ 1,18 (3º trim/19)	2,78

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora	Consolidado		Encargos
	30/09/2019	30/09/2019	31/12/2018	
Eletrobrás		200	327	Juros entre 5% a 8% a.a. 1% a 2% de Tx. Adm. + Variação da UFIR/IGPM
Banco do Brasil S.A (Finame)		251	1.017	4,5% a.a. + TLP
Banco do Brasil S.A (FCO I a IV)		7.811	13.529	Juros de 10% a.a. de atualização pela TLP e com Bônus de Adimplência de 15%, perfazendo 8,5% efetivo a.a.
Caixa Econômica Federal		23.267	43.626	140% do CDI CETIP (durante o período de utilização).
Caixa Econômica Federal/BNDES		23.053	25.965	4,5% a.a. + TLP
Caixa Econômica Federal/BNDES		4.749	9.094	4,5% a.a. + UMBNDES
Caixa Econômica Federal/BNDES		7.297	11.192	6% a.a.
Banco BCB			991	6,5% a.a. + CDI CETIP
Banco FIBRA		57.435	61.514	4,5% a.a. + CDI
Banco SOFISA		11.762	16.760	4,5% a.a. + CDI
Banco Daycoval		45.942	59.748	4,0 a.a. + CDI
Banco ABC		14.326	20.488	CDI + 5,03% a.a.
Banco Original		7.626	13.682	CDI + 5,04% a.a.
Banco de Brasília	28.425	28.425		CDI + 2,35% a.a.
Custo de Transação		(1.201)	(3.670)	
Total	28.425	230.943	274.263	
Circulante	26.238	141.301	86.069	
Não Circulante	2.187	89.642	188.194	

Para atendimento aos requisitos e parâmetros mínimos de Sustentabilidade Econômico-Financeira estabelecidos no Quarto Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica nº 66/1999-ANEEL, a Companhia tinha o dever de aportar na CEB-DIS, até 30 de junho de 2019 o montante de R\$ 81.173. Para tanto, a Companhia teve que recorrer a fontes de financiamento para complementar com a obrigação contratual.

Em 30 de junho de 2019, a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB, nos valores de R\$ 7.600 e R\$ 24.600 a serem amortizadas em 15 prestações, por um custo de CDI + 2,35% a.a. e 1% de tarifa de estruturação. As fontes de recursos para a quitação dessa

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

captação serão obtidas pelos recebíveis da sub-rogação do contrato dos direitos creditórios cedidos pela CEB Geração S.A. como forma de quitação dos dividendos referente ao exercício de 2018.

Para a realização dessa captação, a Companhia concedeu como garantias a cessão fiduciária de receita relativa ao contrato de prestação de serviço de iluminação pública e a cessão de direitos creditórios.

17.1 PERSPECTIVAS DE AMORTIZAÇÕES

Empréstimos	2019	2020	2021	2022+	Total
ELETROBRÁS	27	113	43	17	200
Banco do Brasil S.A. (FCO II a IV)	1.351	4.218	2.242		7.811
Banco do Brasil S.A.(FINAME)	251				251
Caixa Econômica Federal	6.025	17.242			23.267
Caixa Econômica Federal/BNDES	1.221	4.678	4.678	12.476	23.053
Caixa Econômica Federal/BNDES	2.519	2.230			4.749
Caixa Econômica Federal/BNDES	1.701	5.596			7.297
ABC	2.104	8.333	3.889		14.326
ORIGINAL	2.626	5.000			7.626
FIBRA	7.435	30.000	20.000		57.435
SOFISA	1.762	6.667	3.333		11.762
DAYCOVAL	5.174	20.384	20.384		45.942
Banco de Brasília	2.187	26.238			28.425
Total	34.383	130.699	54.569	12.493	232.144
Custo de Transação					(1.200)
Total Líquido					230.944

17.2 MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2018		274.263
Captação	32.200	32.200
Encargos Incorridos no Período	1.228	15.861
Custo de Transação	(553)	1.916
Encargos Financeiros Pagos	(213)	(15.625)
Amortizações de Principal	(4.237)	(77.672)
Saldo em 30 de setembro de 2019	28.425	230.944

17.3 COVENANTS E GARANTIAS

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia, com exceção do financiamento da Eletrobrás, possuem cláusulas restritivas, financeiras e não financeiras de vencimento antecipado e execução de garantias, tais como: inadimplemento; pedido ou decretação de falência; protesto de títulos; liquidação extrajudicial; e alteração do objeto social e/ou composição do seu capital social.

Abaixo temos a discriminação das garantias cedidas por contrato:

Instituições	Garantias
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Banco do Brasil	Duplicatas - 100% Recebíveis
Caixa Econômica Federal	GDF (ICMS) - CEB Cessão Fiduciária de Receitas
Caixa Econômica Federal	Duplicatas - 100% Recebíveis
BCV	Duplicatas - 150% Recebíveis
FIBRA	Cessão Fiduciária de Receita
FIBRA	Cessão Fiduciária de Receita
DAYCOVAL	Cessão Fiduciária de Receita
SOFISA	Cessão Fiduciária de Receita
BBM-BC	Cessão Fiduciária de Receita
ORIGINAL	Cessão Fiduciária de Receita
ABC	Cessão Fiduciária de Receita
ABC-2	Cessão Fiduciária de Receita
Banco de Brasília	Cessão Fiduciária de Contrato de Cessão de Direitos / Cessão Fiduciária de Receita

18. OBRIGAÇÕES SOCIETÁRIAS

As obrigações societárias representam valores a pagar aos acionistas controladores e não controladores a título de dividendos, juros sobre capital próprio e partes beneficiárias, sobre resultados apurados no exercício corrente e exercícios anteriores.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Governo do Distrito Federal	583	583	583	583
Eletrobrás				5.620
Partes Beneficiárias (Eletrobrás)			11.285	5.239
Outros Acionistas	5.234	5.302	5.234	5.302
Total	5.817	5.885	17.102	16.744
Circulante	5.817	5.885	17.102	16.744

A Companhia recebeu Mandado de Penhora determinando o bloqueio da quantia de R\$ 5.817.322,20 (cinco milhões, oitocentos e dezessete mil, trezentos e vinte e dois reais e vinte centavos), que estaria destinada ao pagamento dos dividendos aos acionistas referente ao exercício de 2018.

A CEB, por meio da Procuradoria-Geral do Distrito Federal, opôs embargos de declaração em face da decisão que rejeitou a exceção de préexecutividade e determinou a penhora da quantia destinada pela embargante à distribuição de dividendos. Ocorre que em 26 de junho de 2019 foi proferida nos autos da ação declaratória decisão indeferindo a tutela de urgência ali requerida fato que esvazia os presentes embargos de declaração. Foi julgado, de 08 de julho de 2019, prejudicado o pleito formulado nos embargos de declaração.

19. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Provisão de Férias	207	201	12.066	12.317
Provisão de 13º Salário	144		6.393	
Encargos Sobre Provisões			4.895	4.475
Abono Assiduidade			3.052	3.451
Participação nos Lucros			56	4.064
Outros			1.940	1.676
Total	351	201	28.402	25.983
Circulante	351	201	28.402	25.983

20. BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

20.1 PLANOS DE BENEFÍCIOS

Descrição	30/09/2019	31/12/2018
Plano de Previdência	413.474	207.140
Plano de Assistência	952	950
Total	414.426	208.090
Circulante	2.117	3.745
Não Circulante	412.309	204.345

A Companhia e suas controladas são patrocinadoras da Fundação de Previdência dos Empregados da CEB – FACEB, uma Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC criada em 1976, que têm como objetivos oferecer aos seus empregados planos de benefícios de natureza previdenciária e assistencial, conforme demonstrado a seguir:

Planos	Benefícios	Classificação	Patrocinadora
Plano Complementar de Benefícios Previdenciários	Aposentadoria e Pensão	Benefício Definido	CEB D
Plano de Benefícios CEBPREV	Aposentadoria e Pensão	Contribuição Definida	Multipatrocinado
Plano CEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência Médica	Contribuição Definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Saúde Vida (vigência 24/03/2017)	Assistência Médica	Contribuição Definida	Multipatrocinado
Plano FACEB Família (vigência 24/03/2017)	Assistência Médica	Contribuição Definida	Multipatrocinado

A Fundação administra dois Planos de Previdência, o plano Complementar de Benefícios Previdenciários, instituído na modalidade de Benefício Definido (BD), fechado para novas adesões; e o plano denominado CEBPREV, na modalidade Contribuição Definida (CD). Este último, por sua vez, não é reconhecido como benefício pós-emprego, uma vez que não são necessárias premissas atuariais para mensurar a obrigação ou a despesa.

Adicionalmente, a FACEB é uma Operadora de Plano de Saúde, com registro definitivo concedido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, desde fevereiro de 2014. No decorrer do 1º trimestre de 2017, os planos de saúde CEB Assistencial e CEB Saúde foram substituídos pelos Planos CEB Saúde Vida, FACEB Saúde Vida e FACEB Família, principalmente decorrente da extinção do Plano CEB Assistencial, ocorrida por força de Acórdão relativo à Ação Direta de Inconstitucionalidade – ADI nº 2014002032055-2.

A modalidade dos novos planos de saúde é de autogestão, estando registrado na Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), com as seguintes características:

- Plano CEB Saúde Vida: Destinado aos empregados ativos e dependentes e atenderá a CEB e suas controladas. A contribuição mensal levará em consideração a remuneração e a faixa etária. O valor da contribuição mensal devida pelo beneficiário titular não poderá ser inferior a 2% ou superior a 10% da sua remuneração.
- Plano FACEB Saúde Vida: Destinado aos beneficiários, ex-empregados demitidos sem justa causa, pedidos de demissão ou aposentados, extensivo a seus dependentes. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário (titular e dependente) se enquadrar.
- Plano FACEB Família: Destinado, exclusivamente, aos familiares dos beneficiários titulares do Plano CEB Saúde Vida e do Plano FACEB Saúde Vida, denominados beneficiários agregados (filhos adotivos ou não que tenham perdido as condições de manutenção nos planos CEB Saúde Vida e FACEB Saúde Vida e os netos dos titulares do Plano CEB Saúde Vida. A contribuição mensal levará em consideração a faixa etária em que o beneficiário se enquadrar.

Os resultados da reavaliação atuarial das obrigações com benefícios a empregados da Companhia e suas controladas estão demonstrados nos quadros seguintes, divididas em função de cada plano previdenciário e de saúde, e foram calculadas com base nas informações prestadas pela Companhia, suas controladas e pela FACEB. Os cálculos atuariais foram realizados em conformidade com o Pronunciamento CPC 33(R1).

As informações que fundamentaram o trabalho atuarial são constituídas de bases cadastrais referentes ao plano previdencial; informações posicionadas em 31 de agosto de 2019; e dados sobre a composição do valor justo dos ativos do plano de benefício posicionado em 31 de agosto de 2019.

20.2 PREMISSAS ATUARIAIS

	Plano Complementar	
	30/09/2019	31/12/2018
Financeira		
Taxa de juros anual para cálculo do valor presente da obrigação	2,76%	5,04%
Taxa nominal de crescimento anual dos salários	3,91%	4,24%
Taxa nominal de crescimento dos benefícios do Plano	3,91%	4,24%
Taxa anual da Inflação futura	3,91%	4,24%
Expectativa de retorno do valor justo dos ativos do Plano	6,78%	9,49%
Demográficas		
Taxa de rotatividade	0,00%	0,00%
Tábua de mortalidade/sobrevivência de ativos	AT-2000 M&F	AT-2000 masculina
Tábua de mortalidade/sobrevivência de assistidos	AT-2000 M&F	AT-2000 masculina
Tábua de mortalidade/sobrevivência de inválidos	Winklevoss	Winklevoss
Tábua de entrada em invalidez	TASA-1927	TASA-1927
Tábua de morbidez	Não usada	Não usada
Idade de aposentadoria	Primeira aposentaria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano	Primeira aposentaria, considerando-se as elegibilidades do regulamento do plano

20.3 PLANO PREVIDENCIÁRIO

As movimentações do valor presente da obrigação e dos ativos dos planos com Benefício Definido - BD são:

Descrição	Plano Previdenciário
Valor Justo dos Ativos dos Planos	
Valor justo dos ativos do Plano em 31 de dezembro de 2018	1.466.683
Rendimento esperado dos ativos do plano	103.272
Ganhos/(Perdas) atuariais	211.300
Contribuições do Patrocinador	4.914
Contribuições do participante do Plano	3.397
Benefícios pagos pelo plano	(73.058)
Valor justo dos ativos do Plano em 30 de setembro de 2019	1.716.508
Valor presente das Obrigações atuariais	
Valor presente da obrigação atuarial em 31 de dezembro de 2018	(1.673.822)
Custo do serviço corrente	(9.452)
Custo dos juros	(123.000)
Ganhos/(Perdas) atuariais	(396.767)
Benefícios pagos pelo plano	73.059
Valor presente da obrigação atuarial em 30 de setembro de 2019	(2.129.982)

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais apresentou um valor presente de obrigação atuarial de R\$ 2.129.982, que ao ser confrontado com o valor justo dos ativos do plano de R\$ 1.716.507 resultou em um déficit de R\$ 413.474, constituindo-se, portanto, em um passivo atuarial.

A movimentação do ativo e do passivo é demonstrada conforme quadro seguinte:

	Plano Previdenciário
(Passivo)/Ativo reconhecido em 31 de dezembro de 2018	(207.140)
Contribuições aportadas no plano	4.913
Amortização de (ganhos)/perdas atuariais	(185.465)
Despesas do período	(25.782)
(Passivo)/Ativo reconhecido em 30 de setembro de 2019	(413.474)

O Plano Complementar de Benefícios Previdenciais se encontra em situação de cobertura parcial do valor presente da obrigação atuarial, tendo apresentado, em 30 de setembro de 2019, um déficit atuarial. A variação no resultado atuarial, quando comparado com a situação em 30 de junho de 2019 se deve, principalmente à alteração da hipótese de taxa de juros atuarial, que provocou um aumento da obrigação atuarial em R\$ 120.270, que representa 5,65% da referida obrigação atuarial em 30 de setembro de 2019.

A Resolução MPS/CGPC nº 26, de 29 de setembro de 2008, estabelece que o déficit atuarial em planos de previdência de entidades fechadas de previdência complementar (EFPC) são equacionados na proporção das contribuições normais vigentes atribuíveis aos patrocinadores, participantes e assistidos.

Está em andamento a elaboração de uma estratégia previdencial, referente aos planos administrados pela FACEB, que consiste em propostas de alterações para os Regulamentos do Plano Complementar de Benefícios Previdenciais da FACEB – Plano BD (CNPB: 1993.0004-29) e do Plano de Benefícios CEBPREV (CNPB: 2006.0068-11), envolvendo operação de migração voluntária e proposta de criação de plano de benefícios estruturado na modalidade de Benefício Definido, saldado e fechado a novas adesões, o qual apenas admitirá o ingresso via migrações, denominado Plano FACEB-SALDADO.

Cumprе ressaltar que o processo da estratégia previdencial foi apreciado e aprovado pelos órgãos estatutários da FACEB, da CEB D e pelo Governo do Distrito Federal. O protocolo do dossiê da referida estratégia foi realizado em dezembro de 2018 na PREVIC.

Em março de 2019, aquela Autarquia encaminhou para a FACEB o Parecer nº 123/2019/CTR/CGTR/DILIC contendo exigências referentes ao processo. A fim de garantir tempo hábil para o trâmite do assunto em testilha no âmbito da Fundação, da CEB DIS e do Governo local, a FACEB requereu a 2ª prorrogação de prazo à Previc em setembro de 2019, cujo o prazo máximo para resposta às exigências se estendeu para dezembro de 2019. Atualmente o processo está no âmbito da Companhia e do Governo do Distrito Federal para as devidas aprovações.

No contexto regulatório (PREVIC), a proporção contributiva da CEB D, quanto ao saldamento do Plano BD, na condição de migração em 100% dos Participantes e Assistidos, equivale a 36,16% do total do deficit atuarial registrado na Fundação, representando o valor de R\$ 105,6 milhões, considerando o ajuste de precificação dos investimentos da FACEB relativo ao Plano BD.

20.4 EQUACIONAMENTOS

De acordo com os estudos atuariais preparados pela FACEB, referente ao exercício de 2016 e 2017 respaldados por Pareceres Atuariais da MERCER GAMA, o deficit mínimo a equacionar pela patrocinadora, participantes e assistidos foi de R\$ 33,2 milhões, R\$ 25,6 milhões, respectivamente.

O referido resultado motivou a realização de contratos de Equacionamentos de Deficits de 2016 e 2017, conforme demonstrado a seguir:

Período	Valor Patrocinadora	Parcela	Prazo de amortização	Início do pagamento	Juros(%)	Correção monetária	Sistema de amortização
2016	11.423	83	216,9 meses	fev/18	5,7	INPC/IBGE	Price
2017	8.194	61	209 meses	fev/19	5,7	INPC/IBGE	Price

Tais passivos estão sendo rigorosamente amortizados nos prazos contratuais.

De acordo com a legislação regulatória (Previc), o saldo a ser equacionado pela patrocinadora relativo ao exercício de 2018 deverá ser iniciado até fevereiro de 2020.

20.5 PLANO ASSISTENCIAL

Tendo em vista a inconstitucionalidade do Plano Assistencial, através da ADI nº 2014002032055-2, desde abril de 2017 não existe provisão de benefícios pós-emprego relativo a este plano. Tendo em vista que a CEB D não possui mais responsabilidade sobre benefícios mantidos para aposentados e pensionistas.

Dessa forma, a Administração estruturou novos Planos de Saúde contributivos, com coparticipação para todos os empregados ativos, conforme negociado no Acordo Coletivo de Trabalho – ACT 2016-2017, bem como planos para os aposentados, pensionistas e dependentes, nos termos da Lei 9.686/1998.

21. PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

Os processos judiciais provisionados e não provisionados, são apresentados a seguir:

21.1 PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS PROVISIONADOS

A Companhia e suas controladas possuem processos judiciais e administrativos de natureza trabalhista, cível, fiscal e regulatório. A Administração reavalia os riscos de contingências relacionados a esses processos e, baseada na opinião de seus procuradores jurídicos, constitui provisão para as causas cujas expectativas de perda são consideradas prováveis.

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Regulatórias			36.885	34.168
Trabalhistas			17.592	11.936
Fiscais		1		1
Cíveis	100		6.726	4.667
Total	100	1	61.203	50.772
Circulante	100		10.507	6.478
Não Circulante		1	50.696	44.294

21.2 MOVIMENTAÇÃO DAS PROVISÕES PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, TRABALHISTAS E REGULATÓRIOS

	Controladora		
	Cível	Fiscais	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	95	1	96
Reversão de Provisão	(95)		(95)
Saldo em 31 de dezembro de 2018		1	1
Constituições de Provisão	100		100
Reversão de Provisão		(1)	(1)
Saldo em 30 de setembro de 2019	100		100

	Consolidado				
	Trabalhista	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	5.220	4.419	1	69.539	79.179
Constituições de Provisão	6.395	1.973		5.242	13.610
Baixa/Reversão de Provisão	(388)	(2.158)		(43.327)	(45.873)
Atualização Monetária	709	433		2.714	3.856
Saldo em 31 de dezembro de 2018	11.936	4.667	1	34.168	50.772
Constituições de Provisão	6.311	3.196		1.200	10.806
Baixa / Reversão de Provisão	(1.123)	(1.251)	(1)		(2.375)
Atualização Monetária	468	114		1.518	2.100
Saldo em 30 de setembro de 2019	17.592	6.726		36.885	61.203
Circulante					10.507
Não Circulante					50.696

(i) DEMANDAS TRABALHISTAS

Ações movidas por empregados e ex-empregados contra a Companhia e suas controladas, envolvendo cobrança de horas extras; adicionais de periculosidade; dano moral; e responsabilidade subsidiária/solidária de empregados de empresas contratadas para prestação de serviços terceirizados. A atualização das contingências trabalhistas é com base na Taxa Referencial (TR).

(ii) DEMANDAS CÍVEIS

Ações pleiteando indenização por acidentes com a rede de distribuição de energia elétrica; danos morais; além de discussões quanto à relação de consumo, tais como cobrança e corte indevidos; corte por inadimplência; problemas na rede; e questionamentos de valores pagos por consumidores. A atualização das contingências cíveis é com base no INPC.

(iii) DEMANDAS REGULATÓRIAS

As principais contingências regulatórias envolvem a não conformidade nos processos de fiscalização, tais como: ausência de anuência prévia para dação em garantia em empréstimos contraídos pela Companhia; investimentos em consórcio; extrapolação dos limites dos indicadores de qualidade do fornecimento de energia; falta de investimentos no sistema elétrico de distribuição; e fiscalização de procedimentos da atividade comercial. A atualização das provisões regulatórias é com base na taxa Selic.

A Administração da CEB D, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

(iv) DEMANDAS FISCAIS

A Companhia é parte em processos administrativos e judiciais referentes às declarações de compensação não homologadas de tributos (PIS, COFINS, IRPJ, CSLL). A Companhia busca o reconhecimento do direito de compensação nas esferas administrativa e judicial. A representação judicial da Empresa foi avocada pela Procuradoria-Geral do Distrito Federal, em 2013.

21.3 PASSIVO CONTINGENTE – RISCO POSSÍVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de perda classificados pela Administração como possíveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há provisão constituída. O montante desses processos, em 30 de setembro de 2019, está reproduzido no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Fiscais	126.747	124.593	126.747	124.593
Cíveis			1.227	2.373
Trabalhistas			2.502	1.227
Total	126.747	124.593	130.476	128.193

21.4 ATIVO CONTINGENTE – RISCO PROVÁVEL

A Companhia e suas controladas possuem processos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais envolvendo riscos de ganho classificados pela Administração como prováveis, com base na avaliação de seus assessores legais, para as quais não há ativo constituído. Os montantes desses processos em 30 de setembro de 2019, estão reproduzidos no quadro seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018	30/09/2019	31/12/2018
Fiscais	200	200	200	200
Cíveis	2.501	1.931	25.278	25.811
Total	2.701	2.131	25.478	26.011

22. OBRIGAÇÕES VINCULADAS À CONCESSÃO DE DISTRIBUIÇÃO

	Consolidado	
	30/09/2019	31/12/2018
Uso do Bem Público	150	150
Participação Financeira do Consumidor – Valores Não Aplicados	1.092	3.250
Total	1.242	3.400
Não Circulante	1.242	3.400

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

23.1 CAPITAL SOCIAL

O capital social subscrito e integralizado é de R\$ 566.025 (Em 31 de dezembro de 2018 – R\$ 566.025). As ações são escriturais e sem valor nominal, sendo que as ações preferenciais classes A e B não têm direito a voto.

A composição do capital social subscrito e integralizado, por classe de ações, é a seguinte:

Capital Total em Ações	30/09/2019	31/12/2018
Ações Ordinárias	7.184.178	7.184.178
Ações Preferenciais	7.232.205	7.232.205
Classe A	1.313.002	1.313.002
Classe B	5.919.203	5.919.203
Total	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação:		
Patrimônio Líquido	448.596	587.113
Quantidade de Ações	14.416.383	14.416.383
Valor Patrimonial por Ação – Em (R\$)	31,12	40,72

23.2 AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

Neste grupo estão contabilizados os seguintes eventos:

	30/09/2019	31/12/2018
Custo Atribuído do Ativo Imobilizado	187.869	187.869
Ganho na Variação de Percentual – Corumbá Concessões S.A.	19.892	19.892
Perdas Atuarial – Plano de Previdência	(413.142)	(205.350)
Total	(205.381)	2.411

23.2.1 CUSTO ATRIBUÍDO (*DEEMED COST*)

A reserva para ajustes de avaliação patrimonial foi constituída em decorrência dos ajustes por adoção do custo atribuído do ativo imobilizado na data de transição, no montante de R\$ 195.191, líquido de efeitos tributários.

Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos a que elas se referem. Em 2009 houve venda de terrenos e a reserva foi realizada em R\$ 6.374, líquido dos efeitos tributários.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Em 2018, outros terrenos foram vendidos e a reserva foi realizada em R\$ 489, líquido dos efeitos tributários.

O efeito decorrente da adoção do custo atribuído em 30 de setembro de 2019 é demonstrado conforme quadro seguir:

Terrenos	Controladora / Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2008	1.442
Ajustes por Adoção do Custo Atribuído	295.744
Saldo em 1º de janeiro de 2009	297.186
Alienação de Terreno – Exercício de 2009	(11.099)
Saldo em 31 de dezembro de 2010 e 2011 – Valor Bruto	286.087
Alienação de Terreno – Exercício de 2018	(1.437)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	284.650
Efeito Fiscal (IRPJ/CSLL – 34%)	(96.781)
Saldo em 30 de setembro de 2019 – Líquido do Efeito Fiscal	187.869
Saldo em 31 de dezembro de 2018 – Líquido do Efeito Fiscal	187.869

23.2.2 PERDAS ATUARIAIS – PLANOS ASSISTENCIAL E PREVIDENCIÁRIO

Todos os eventos tratados nestas contas estão descritas na Nota Explicativa nº 20.

23.3 RESERVA DE LUCROS

23.3.1 RESERVA LEGAL

A Reserva Legal é constituída à razão de 5% do Lucro Líquido apurado a cada exercício nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/1976, até o limite de 20% do capital social. A destinação é facultativa quando a Reserva Legal, somada às Reservas de Capital, excederem 30% o Capital Social. A reserva somente é utilizada para o aumento do Capital Social ou para absorção de prejuízos.

23.3.2 RESERVA PARA EXPANSÃO DOS NEGÓCIOS SOCIAIS

A Reserva para Expansão dos Negócios Sociais foi constituída a partir de decisão da AGO, realizada em 30 de abril de 2019, a qual aprovou a destinação da parcela do Lucro Líquido não distribuído, para essa reserva, conforme previsto no Estatuto da Companhia.

23.4 RESULTADO DO PERÍODO

Em 30 de setembro de 2019, a Companhia apurou um lucro líquido de R\$ 69.426 (prejuízo de R\$ 30.323 em 30 de setembro de 2018).

24. CONTAS DO RESULTADO

24.1 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Fornecimento de Energia Elétrica			984.475	982.840
Energia de Curto Prazo (a)			105.740	59.322
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros (b)			(22.168)	(15.146)
Receita de Construção (c)			7.838	17.552
Aporte de Recursos da CDE			12.561	48.720
Receita de Prestação de Serviços	21.423	28.520	21.740	28.947
Suprimento de Energia			8.167	8.756
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			13.798	7.826
Arrendamento e Aluguéis			8.239	7.944
Receita de Venda de Gás			1.660	1.384
Outras Receitas			384	637
Receita Operacional Bruta	21.423	28.520	1.142.434	1.148.782
Impostos	(428)	(572)	(194.818)	(191.467)
Contribuições	(1.981)	(2.637)	(134.743)	(89.091)
Encargos do Consumidor	(14)		(135.774)	(129.794)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(2.423)	(3.209)	(465.335)	(410.352)
Receita Operacional Líquida	19.000	25.311	677.099	738.430

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Fornecimento de Energia Elétrica			2.938.975	2.603.378
Energia de Curto Prazo (a)			266.780	102.718
Recursos de Parcela A e Outros Itens Financeiros (b)			(164.888)	74.875
Receita de Construção (c)			30.222	63.916
Aporte de Recursos da CDE			37.669	76.124
Receita de Prestação de Serviços	43.121	50.142	44.347	51.706
Suprimento de Energia			18.823	26.502
Disponibilidade do Sistema de Distribuição			37.534	23.854
Arrendamento e Aluguéis			24.806	25.448
Receita de Venda de Gás			5.240	3.595
Outras Receitas			9.615	1.481
Receita Operacional Bruta	43.121	50.142	3.249.123	3.053.597
Impostos	(862)	(1.004)	(587.054)	(520.318)
Contribuições	(3.988)	(4.637)	(297.523)	(233.003)
Encargos do Consumidor	(27)		(378.066)	(343.370)
Deduções da Receita Operacional Bruta	(4.877)	(5.641)	(1.262.643)	(1.096.691)
Receita Operacional Líquida	38.244	44.501	1.986.480	1.956.906

(a) A Energia Elétrica de Curto Prazo variou 146% em 2019 quando comparado ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado decorre, principalmente, do nível de sobras de energia elétrica ocorrido em 2019 (1.311 GWh), superior ao realizado em 2018 (352 GWh), vinculado, especialmente, aos efeitos das descontrações via Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova - MCSD EN.

(b) O efeito da variação negativa de 485%, quando comparado os períodos de nove de 2019 e 2018, refere-se à constituição de Ativos ou Passivos financeiros em montante inferior ao ciclo 2017/2018, devido, principalmente, ao encerramento da cobrança do Encargo Setorial - CDE Energia, criada pelo Decreto nº

7.891/2013, finalizado em março de 2019. Outro fator que contribuiu para essa variação foi a amortização dos ativos financeiros setoriais de 2018/2019 superior à amortização ciclo tarifário anterior.

(c) Em atendimento ao CPC 17, a Companhia contabilizou receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica. Neste segundo trimestre de 2019, as adições no imobilizado em curso foram menores que as realizadas no ano anterior.

24.1.1 SOBRECONTRATAÇÃO

O Repasse de Sobrecontratação de energia elétrica é constituída pela diferença entre o montante contratual da distribuidora e o consumo de energia acrescidas das perdas regulatórias.

A valoração da sobrecontratação advém da diferença da Tarifa Média de Cobertura e o Preço de Liquidação das Diferenças calculadas – PLD da CCEE. Ainda, conforme as regras regulatórias, é realizado ajustes de sobrecontratação e Exposição ao Mercado de Curto Prazo, aplicando-se a diferença entre os Preços Médios realizados e o PLD.

No reajuste tarifário de 2019, a Agência Reguladora considerou nas tarifas o componente financeiro da sobrecontratação perfazendo o montante de menos R\$ 16,83 milhões. Ressalta-se que no presente processo, foi considerado integralmente as sobras de energia de modo provisório. No entanto, os valores acima de R\$ 105% estão sendo registrados como componente financeiro em conjunto com a CVA até que haja a definição da ANEEL.

Tal fato encontra-se pendente e em fase de estudos na Agência Reguladora. A Sobrecontratação de Energia e Exposição ao Mercado de Curto Prazo foi calculado aplicando-se a metodologia presente no Submódulo 4.3 do PRORET.

24.1.2 MECANISMOS DE VENDAS DE EXCEDENTES – MVE

A participação no Mecanismo de Venda de Excedentes - MVE deve obedecer aos critérios estabelecidos na Resolução Normativa nº 824, de 10 de julho de 2018, a qual estabelece que poderão participar como vendedores os agentes de distribuição que declararem sobras contratuais de energia elétrica.

O processamento do MVE ocorrerá anualmente, semestralmente e trimestralmente, estando o montante total de energia elétrica declarado pelo agente de distribuição limitado a 15% da sua respectiva carga no centro de gravidade, apurada nos 12 meses anteriores de dados disponíveis (montante divulgado pela CCEE). Nesse sentido, a CEB-D vendeu 73,9 MW médios no mecanismo semestral, com validade de julho a dezembro de 2019, na modalidade de Energia Convencional Especial ao preço de “PLD + Spread”.

24.2 CUSTO COM SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA

	Consolidado			
	Períodos de três meses findos em:		Períodos de nove meses findos em:	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Energia Elétrica Comprada Para Revenda	(409.374)	(505.703)	(1.116.285)	(1.087.632)
Energia Elétrica Comprada Para Revenda - Curto Prazo	(27.017)	(39.849)	(34.454)	(96.563)
Encargos de Uso da Rede Elétrica	(79.196)	(44.259)	(215.996)	(235.639)
Amortização do Risco Hidrológico	(557)	(555)	(1.664)	(1.662)
Total	(516.144)	(590.366)	(1.368.399)	(1.421.496)

O Custo total da Energia Elétrica e Encargos registrou uma retração de 0,87%, quando comparado com o mesmo período do ano anterior, tendo em vista os seguintes reflexos: a) ressarcimento em razão do nível

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

de desconstrução via MCSD de 2019 estar abaixo de 2018; b) reajustes da atualização dos contratos de energia elétrica; c) efeito do Risco Hidrológico que é precificado pelo Preço de Liquidação das Diferenças – PLD; e d) redução da tarifa de MUST (Montante do Uso do Sistema de Transmissão) a partir de julho de 2018.

24.3 CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS POR NATUREZA

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Pessoal e Administradores	(4.237)	(3.353)	(56.122)	(52.319)
Serviço de Terceiros	(12.187)	(15.793)	(42.371)	(48.621)
Custo de Construção – Concessão			(7.838)	(17.552)
Depreciação e Amortização	(274)	(258)	(14.609)	(14.205)
(Provisão) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa (a)	1.493	45	(19.281)	(42.892)
Arrendamento			(9.026)	(6.906)
Material	(2.605)	(4.008)	(3.146)	(4.410)
Outras Despesas	(167)	(61)	25.355	17.039
Total	(17.971)	(23.428)	(127.038)	(169.866)
Classificados como:				
Custo da Operação			(69.726)	(70.583)
Custo dos Serviços Prestados	(14.503)	(19.754)	(15.313)	(21.353)
Despesas com Vendas	1.393	45	(5.145)	(35.421)
Despesas Gerais e Administrativas	(4.866)	(3.719)	(36.854)	(42.509)

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Pessoal e Administradores	(12.171)	(10.196)	(163.775)	(152.230)
Serviço de Terceiros	(24.938)	(33.266)	(118.916)	(131.702)
Custo de Construção – Concessão			(30.222)	(63.916)
Depreciação e Amortização	(840)	(559)	(43.804)	(42.424)
(Perda) Estimada/Reversão de Perdas com Crédito de Liquidação Duvidosa (a)	(2.916)	5.983	(114.429)	(80.224)
Arrendamento			(27.079)	(20.717)
Material	(6.628)	(4.848)	(8.019)	(6.029)
Outras Despesas	(369)	(231)	41.051	7.869
Total	(47.862)	(43.117)	(465.193)	(489.373)
Classificados como:				
Custo da Operação			(211.674)	(223.537)
Custo dos Serviços Prestados	(31.820)	(35.965)	(34.244)	(41.129)
Despesas com Vendas	(3.015)	5.983	(103.471)	(94.857)
Despesas Gerais e Administrativas	(13.026)	(13.135)	(115.804)	(129.850)

(a) A variação percebida no período, refere-se ao aumento da Perda Estimada Com Créditos de Liquidação Duvidosa – PECLD, haja vista a mudança de critério, conforme Pronunciamento Técnico CPC 48, bem como ao reflexo da inadimplência apurada em 2019, quando comparada ao mesmo período do ano anterior. Em 19 de agosto de 2019, a CEB DIS implantou o programa “Recupera” para pagamentos ou parcelamentos de débitos vencidos até 31 de dezembro de 2018, com isenção de encargos moratórios, com o objetivo de reduzir a inadimplência de longa data. Até 30 de setembro de 2019 o referido programa totalizou R\$ 48,7 milhões em negociações.

24.4 OUTRAS RECEITAS/(DESPESAS) OPERACIONAIS

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			4.579	2.828
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			589	16.778
Reversão de Provisão de Participação nos Lucros				
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios		2.539	79	440
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR			473	2.151
Tributos Sobre Outras Receitas			378	2.533
Ganho na Baixa de Bens			(103)	
Outras Receitas	120	1.680	474	4.481
Subtotal	120	4.219	6.469	29.211
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(4.663)	(2.787)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(100)		(1.032)	(4.274)
Compensação por Descontinuidade de Energia				(481)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(246)	(497)
PIS/COFINS consumidores a restituir (a)			29.730	
Outras Despesas			5.459	(24.973)
Subtotal	(100)		29.248	(33.012)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	20	4.219	35.717	(3.801)

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Outras Receitas Operacionais				
Reversão de Provisão de Benefícios Pós-Emprego			11.482	11.241
Recuperação de Créditos Baixados por Perdas			675	43.503
Provisão / (Reversão) de Provisão de Participação nos Lucros			(1.391)	(8.943)
Reversão de Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	1	2.539	5.705	9.754
Variação do Valor Justo – Ativo Financeiro Indenizável – VNR			4.768	4.644
Tributos Sobre Outras Receitas			475	1.842
Ganho (Perdas) na Baixa de Bens	42		(385)	
Outras Receitas	133	1.680		4.908
Subtotal	176	4.219	21.329	66.949
Outras Despesas Operacionais				
Provisão de Benefícios Pós-Emprego			(12.059)	(11.569)
Provisão Para Riscos Tributários, Cíveis, Trabalhistas e Regulatórios	(100)		(9.359)	(9.777)
Compensação por Descontinuidade de Energia				(5.923)
Provisão Para Perdas com Depósitos Judiciais			(1.299)	(2.628)
PIS/COFINS consumidores a restituir (a)				
Outras Despesas			8.960	(24.977)
Subtotal	(100)		(13.757)	(54.874)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais, Líquidas	76	4.219	7.572	12.075

(a) Exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS: Por maioria de votos, o Plenário do Supremo Tribunal Federal (STF), em sessão realizada em 15 de março de 2017, decidiu que o Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) não integra a base de cálculo das contribuições para o

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Programa de Integração Social (PIS) e da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS).

Em 12 de junho de 2017, a CEB Distribuição S.A, motivada pela decisão do STF, iniciou ação judicial vinculada ao processo nº 1004984-34.2017.4.01.3400, com petição abordando o pleito de reconhecimento do direito de compensação por tributo, com tributos recolhidos indevidamente com débitos vencidos e vincendos das contribuições para o PIS e para a COFINS, ou com débitos próprios de quaisquer outros tributos ou contribuições.

Com liminar de tutela de urgência deferida em 22 de setembro de 2017, a CEB DIS adquiriu também o direito de não mais incluir o ICMS nas bases de cálculo do PIS/COFINS, com adoção de prática a partir das apurações de outubro de 2017. Em janeiro de 2019, com fulcro na Nota Técnica Conjunta – 001/2019 – SCT/SRG, a CEB DIS, conforme Resolução de Diretoria nº 005/2019, concluiu por aguardar o julgamento definitivo da ação, que só ocorrerá com o trânsito em julgado da sentença, para então repassar a redução das alíquotas efetivas do PIS/COFINS ao consumidor.

Nesse trimestre a Companhia reclassificou essa conta para o grupo de receitas operacionais.

24.5 RESULTADO FINANCEIRO

	Períodos de três meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos	1.021	482	9.743	8.932
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			7.118	17.463
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			15.752	5.755
Rendimentos de Aplicações Financeiras	167	182	2.556	3.019
Multas e Penalidades Aplicadas			141	644
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	1.288	(265)	1.288	(265)
Outras Receitas Financeiras		73	24	851
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(55)	(34)	(1.331)	(848)
Subtotal	2.421	438	35.291	35.551
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(229)	(2)	(7.587)	(7.378)
Encargos de Dívidas	(675)		(11.498)	(12.201)
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios			(9.351)	(33.739)
Juros e multa por atraso de pagamento (a)				
Outras Despesas Financeiras	(4)	(26)	(7.938)	(11.755)
Subtotal	(908)	(28)	(36.374)	(65.073)
Variação Cambial Líquida (b)			(1.704)	(7.388)
Resultado Financeiro	1.513	410	(2.785)	(36.910)

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Receitas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Ativos (a)	3.970	1.301	21.832	16.928
Atualização Monetária – Ativos Regulatórios			21.707	28.372
Acréscimos Moratórios em Conta de Energia			29.061	20.034
Rendimentos de Aplicações Financeiras	738	419	6.755	5.105

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Períodos de nove meses findos em:			
	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Multas e Penalidades Aplicadas			480	894
Receita de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	4.579		4.602	19
Outras Receitas Financeiras		73	(42)	1.087
Tributos Sobre Receitas Financeiras	(219)	(83)	(2.786)	(1.955)
Subtotal	9.068	1.710	81.609	70.484
Despesas Financeiras				
Juros/Variações Monetárias Sobre Passivos	(237)	(44)	(34.444)	(15.331)
Encargos de Dívidas	(675)		(36.597)	(37.329)
Atualização de Benefício Pós-Emprego			(564)	
Atualização Monetária – Passivos Regulatórios			(24.694)	(49.537)
Juros e multa por atraso de pagamento (b)			(16.668)	
Outras Despesas Financeiras	(813)	(142)	(18.555)	(26.190)
Subtotal	(1.725)	(186)	(131.522)	(128.387)
Variação Cambial Líquida (c)			(2.168)	(22.480)
Resultado Financeiro	7.343	1.524	(52.081)	(80.383)

(a) Reflexo das ações adotadas pela Companhia para redução da inadimplência e melhora na performance operacional da empresa, com a intensificação das suspensões dos fornecimentos aos consumidores inadimplentes e o programa de recuperação de receita – RECUPERA, o qual foi criado para incentivar a recuperação de créditos com vencimentos anteriores a 31 de dezembro de 2018.

(b) A variação é decorrente, principalmente, em função de multas e penalidades aplicadas pela Secretaria da Fazenda do Distrito Federal – SEFAZ, relativas ao não repasse do ICMS, das competências de dezembro de 2018, bem como de janeiro e fevereiro de 2019.

(c) A despesa financeira relativa à variação cambial sobre faturas de energia elétrica nos seis primeiros meses de 2018, equivalente a R\$ 15.101 foi determinada pela inadimplência no pagamento das faturas do 2º trimestre de 2018, acrescido da forte tendência de alta da cotação do dólar, que passou de R\$ 3,31 (três reais e trinta e um centavos) em março de 2018 para R\$ 3,88 (três reais e oitenta e oito centavos) em junho de 2018. Com o parcelamento das referidas faturas em atraso e a relativa estabilização da moeda estrangeira frente ao real (R\$ 3,85 – três reais e oitenta e cinco centavos - em junho de 2019), foi auferida, no decorrer do presente exercício, despesa com variação cambial significativamente inferior quando comparado com o ano anterior.

25. LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

Os acionistas ordinaristas e preferencialistas possuem direitos diferentes em relação a dividendos, direito a voto e em caso de liquidação, conforme determina o estatuto social da Companhia. Desta forma, o lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído, foi calculado com base no lucro (prejuízo) do exercício disponível para os acionistas.

25.1 BÁSICO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuível aos acionistas da Companhia, disponível aos portadores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

25.2 DILUÍDO

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste da quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação, para presumir a conversão de todas as ações potenciais diluídas. A Companhia não possui categoria de ações potenciais diluídas.

A seguir são apresentados os cálculos do lucro (prejuízo) por ação, básico e diluído:

	Período de três meses findos em:		Período de nove meses findos em:	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Lucro Líquido (Prejuízo) Atribuível aos Acionistas da Companhia	40.132	(42.067)	69.426	(30.323)
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	19.044	(19.962)	32.945	(14.389)
Lucro/(Prejuízo) Alocado às Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	21.088	(22.105)	36.481	(15.934)
Média Ponderada das Ações em Circulação				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	7.184	7.184	7.184	7.184
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	7.232	7.232	7.232	7.232
Lucro / (Prejuízo) por Ação – R\$:				
Ações Ordinárias – Básicas e Diluídas	2,6509	(2,7787)	4,5858	(2,0030)
Ações Preferenciais – Básicas e Diluídas	2,9160	(3,0566)	5,0444	(2,2033)

26. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

26.1 CONTROLADORA FINAL

A Companhia é controlada pelo Governo do Distrito Federal – GDF.

26.2 REMUNERAÇÃO DO PESSOAL-CHAVE DA ADMINISTRAÇÃO

O Grupo não possui transações de empréstimos ou outras transações com diretores/conselheiros ou familiares imediatos.

As remunerações dos administradores responsáveis pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia e de suas controladas, que incluem os membros do Conselho de Administração e diretores estatutários, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Remuneração	2.860	1.696	7.128	5.710
Demais Benefícios de Curto Prazo	72	578	232	1.110
Total	2.932	2.274	7.360	6.820

A Companhia não concede benefícios pós-emprego aos administradores e conselheiros.

26.3 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os saldos e as transações com partes relacionadas da Companhia estão demonstrados conforme a seguir:

26.3.1 OPERAÇÕES DA CONTROLADORA COM SUAS CONTROLADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Controladora	
		30/09/2019	31/12/2018
Ativo		31.601	64.527
Contas a Receber, Líquido da PECLD		18.185	26.994
Governo do Distrito Federal	a	18.185	26.994
Demais Ativos		13.881	37.533
Dividendos/JSOP	b		24.118
CEB Lajeado S.A.			7.130
CEB Geração S.A.			10.002
CEB Participações S.A.			3.945
Corumbá Concessões S.A.			1.718
Energética Corumbá III S.A.			1.323
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)		13.415	13.414
Corumbá Concessões S.A.		13.415	13.414
Outras Operações		1	1
CEB Distribuição S.A.		1	1
Passivo		29.008	645
Empréstimos e Financiamentos	c	28.425	
Banco de Brasília		28.425	
Dividendos	d	583	583
Governo do Distrito Federal		583	583
Demais Obrigações			62
CEB Distribuição S.A.	e		62

	Notas	Controladora	
		30/09/2019	30/09/2018
Receitas		39.410	45.743
Receita de Prestação de Serviços	f	38.246	44.501
Governo do Distrito Federal		38.246	44.501
Encargos de Mútuo	g	1.164	1.242
Corumbá Concessões S.A.		1.164	1.242
Despesas		(11.742)	(12.375)
(Provisão) / Reversão de Estimativa de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa, Líquidas	h	(2.916)	(3.923)
Governo do Distrito Federal		(2.916)	(3.923)
Pessoal Requisitado	e	(8.836)	(8.452)
CEB Distribuição S.A.		(8.836)	(8.452)

a) Representa valores a receber por serviços prestados de obras e manutenção da rede de iluminação pública ao Governo do Distrito Federal. Estes serviços são prestados conforme contratos realizados entre a CEB e o GDF;

b) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio decorrentes dos resultados das investidas;

c) Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

d) Em 30 de junho de 2019, a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB, conforme mencionado na Nota 17.

e) A CEB D possui empregados cedidos à Companhia Energética de Brasília – CEB, que efetua mensalmente o ressarcimento do custo efetivo dos salários e dos benefícios dos empregados cedidos. A cessão é por tempo indeterminado e não há cobrança de taxas adicionais;

f) Representa a receita pelos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo de Distrito Federal – GDF.

g) Diz respeito aos encargos dos empréstimos (mútuos) realizados com a investida Corumbá Concessões S.A. em 2016 e 2017, cujas remunerações correspondem a juros de 1% + IGP-M e a 128% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI, respectivamente; e

h) Representa as variações sobre as Perdas Estimadas com Créditos de Liquidação Duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF, pelos serviços de manutenção e obras de Iluminação Pública por serviços prestados pela CEB.

26.3.2 OPERAÇÕES DO GRUPO E SEUS ACIONISTAS CONTROLADORES E COLIGADAS

Transações Com Partes Relacionadas (Balanço Patrimonial)	Notas	Consolidado	
		30/09/2019	31/12/2018
Ativo		82.291	116.915
Contas a Receber, Líquida da PECLD		68.875	95.822
Corumbá Concessões S.A.	a	420	416
Energética Corumbá III S.A.	a	103	102
Governo do Distrito Federal	b	68.352	95.304
Demais Ativos		13.416	21.093
Dividendos/JSCP	c		7.142
Corumbá Concessões S.A.			1.718
Energética Corumbá III S.A.			1.323
Investco S.A.			4.101
Empréstimos e Financiamentos (Mútuos)		13.415	13.950
Corumbá Concessões S.A.		13.415	13.950
Outras Operações		1	1
Governo do Distrito Federal		1	1
Passivo		108.056	139.411
Fornecedores	d	19.881	25.998
Corumbá Concessões S.A.		15.247	18.240
Energética Corumbá III S.A.		4.634	7.758
Contribuição de Iluminação Pública	e	55.852	110.294
Governo do Distrito Federal		55.852	110.294
Empréstimos e Financiamentos	f	28.425	
Banco de Brasília		28.425	
Dividendos	g	583	583
Governo do Distrito Federal		583	583
Arrendamento a Pagar		3.315	2.536
Investco S.A.		3.315	2.536

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Notas	Consolidado	
		30/09/2019	30/09/2018
Receitas		425.142	339.627
Receita de Comercialização de Energia		4.921	4.111
Corumbá Concessões S.A.		3.787	3.304
Energética Corumbá III S.A.		1.134	807
Receita de Prestação de Serviços e Fornecimento de Energia Elétrica	h	414.484	334.274
Governo do Distrito Federal		414.484	334.274
Receita pela Arrecadação da CIP		4.551	
Governo do Distrito Federal		4.551	
Encargos de Mútuo		1.186	1.242
Corumbá Concessões S.A.		1.186	1.242
Despesas		(236.895)	(208.284)
Energia Comprada para Revenda	i	(188.548)	(159.810)
Corumbá Concessões S.A.		(152.453)	(128.088)
Energética Corumbá III S.A.		(36.095)	(31.722)
(Estimativa)/Reversão de Perdas com Créditos de Liquidação Duvidosa	j	(48.347)	(48.474)
Governo do Distrito Federal		(48.347)	(48.474)

a) As empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A. são acessantes do sistema de distribuição de energia elétrica da CEB D e pagam pelo seu uso por meio de tarifas regulamentadas pelo Órgão Regulador;

b) Trata-se do fornecimento de energia elétrica (CEB D) e serviços de iluminação pública (obras e manutenção da rede) da Companhia Energética de Brasília – CEB prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF. Pelo fornecimento de energia elétrica é cobrada a tarifa homologada pelo Órgão Regulador para a classe Poder Público. Pelos serviços de obras e manutenção da rede de iluminação pública, a cobrança é feita com base em contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF;

c) Representa valores a receber de dividendos declarados e juros sobre o capital próprio sobre o resultado das coligadas;

d) A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.;

e) A Contribuição de Iluminação Pública – CIP foi instituída no Distrito Federal pela Lei Complementar nº 673, de 27 de dezembro de 2002, para o custeio dos serviços de iluminação pública prestados aos contribuintes nas vias e nos logradouros públicos do Distrito Federal. A cobrança da CIP é efetuada na fatura de consumo de energia elétrica e é devida ao Governo do Distrito Federal – GDF a partir da sua arrecadação;

f) Em 30 de junho de 2019 a Companhia Energética de Brasília realizou captações financeiras junto ao Banco de Brasília – BRB, conforme mencionado na Nota 17.

- g)** Trata-se de dividendos a pagar ao acionista controlador;
- h)** Representa a receita decorrente do fornecimento de energia, prestação de serviços pela arrecadação da CIP e dos serviços de iluminação pública (obras e manutenção do parque) prestados ao Governo do Distrito Federal – GDF (Administrações Regionais, Empresas Públicas, Secretarias de Governo e Outros). Estes serviços são faturados de acordo com os contratos firmados entre a CEB e o Governo do Distrito Federal – GDF.
- i)** A CEB D tem contratos bilaterais de suprimento de energia com as empresas Corumbá Concessões S.A. e Energética Corumbá III S.A.; e
- j)** Representam as provisões/reversões das Perdas Estimadas de Créditos de Liquidação Duvidosa com o Governo do Distrito Federal – GDF (vencidos há mais de 90 dias), cuja natureza do serviço inclui o fornecimento de energia elétrica registrado na CEB D e serviços de manutenção e obras de iluminação pública prestados pela CEB.

27. CONCILIAÇÃO DO RESULTADO DO PERÍODO E O FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2019	30/09/2018	30/09/2019	30/09/2018
Resultado Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	68.042	(31.416)	123.721	(736)
Ajustes ao Lucro/ (Prejuízo) do Período				
Depreciação e Amortização	840	559	43.804	44.424
Resultado de Equivalência Patrimonial	(70.240)	38.543	(15.342)	(21.535)
Receita de Construção			(30.222)	(63.916)
Custo de Construção - Concessão			30.222	63.916
Constituição/(Reversão) Estimativa de Perda com créditos de liquidação duvidosa	2.916	(5.983)	114.429	80.224
Encargos da Dívida				37.329
Atualização a Valor Justo do Ativo Financeiro Indenizável			(4.768)	(1.826)
Atualização Monetária - Mútuo	(1.164)	(1.301)	(1.186)	(1.326)
Atualização Monetária - Contribuição de Iluminação Pública			845	
Custo de Transação com Empréstimos	553		(1.363)	(873)
Provisões/Reversões e atualização de Riscos Trabalhista, Cível e Fiscais	100	(2.538)	3.053	(9.754)
Dividendos Recebidos - Custo	(3.670)	(1.361)	(3.670)	(1.361)
	(70.665)	27.919	135.802	123.302
(Acréscimos)/Decréscimos nos Ativos Operacionais				
Contas a Receber	2.124	32.984	122.906	(228.784)
Estoques	(1.288)	90	1.452	1.616
Aplicações Financeiras			(901)	(2.625)
Depósitos e Bloqueios Judiciais	(5.743)	(16)	(7.477)	(10.980)
Valores a Receber de Parcela A e Outros Itens Financeiros			297.587	(122.191)
Tributos e Contribuições Compensáveis	(1.755)	(2.592)	(37.885)	(11.649)
Demais Créditos	16.823	8.409	(31.706)	67.032
	10.161	38.875	343.976	(307.581)
Acréscimos/(Decréscimos) nos Passivos Operacionais				
Fornecedores	(2.939)	3.290	(336.751)	304.612
Obrigações Tributárias	(2.401)	(3.165)	316.637	6.912
Contribuição de Iluminação Pública			(57.844)	(11.058)
Encargos Regulatórios			(35.182)	9.108
Obrigações Sociais e Trabalhistas	150	47	2.419	8.343
Obrigações Societárias	(68)	(5.458)	358	(7.812)
Valores a Pagar de Parcela A e Outros Itens Financeiros			(123.810)	61.860
Benefícios Pós-Emprego			(206.944)	(27.697)
Obrigações Vinculadas a Concessão			(2.158)	
Demais Obrigações	762	(485)	38.921	(17.974)
	(4.496)	(5.771)	(404.354)	326.294
Caixa Proveniente das Atividades Operacionais				
Recebimento de Dividendos/Juros Sobre Capital Próprio	58.176	1.361	7.169	1.361
Pagamento de Encargos da Dívida	(4.449)		(31.182)	(37.329)
Juros Recebidos - Mútuo		825		886
	53.727	2.186	(24.013)	(35.082)
Caixa Líquido Proveniente das (Usado nas) Atividades Operacionais	56.769	31.793	175.132	106.197

Evento não caixa relevante

A Companhia recebeu da CEB Geração S.A. a cessão de crédito no valor de R\$ 35.414 pela sub-rogação do contrato dos direitos creditórios. Tal operação movimentou apenas contas do ativo e não compõe as movimentações do fluxo de caixa.

28. INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

O Grupo possui quatro segmentos divulgáveis de unidades de negócios estratégicas. Para cada um deles, a Administração analisa os relatórios internos periodicamente. O resumo seguinte descreve as operações dos segmentos reportáveis:

- Distribuição e comercialização de energia elétrica: tem como atribuição distribuir e comercializar energia, sendo responsável por operar e manter a infraestrutura, bem como prestar serviços correlatos. Atua por intermédio da CEB Distribuição S.A.;
- Geração de energia: tem como atribuição produzir energia elétrica a partir de empreendimentos de fontes hidráulicas. Atua por intermédio da CEB Geração S.A.;
- Comercialização de energia elétrica: tem como atribuição a comercialização de energia. Atua por intermédio da CEB Lajeado S.A. e CEB Participações S.A.; e
- Outros – Neste segmento está a Companhia Energética de Brasília – CEB: que tem como atribuições a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista e a prestação de serviços de expansão e manutenção do parque de iluminação pública do Distrito Federal; e a Companhia Brasileira de Gás S.A., que tem como atribuição a exploração do serviço público de distribuição de gás canalizado.

Informações referentes a cada segmento reportável para os períodos findos em 30 de setembro de 2019 e em 30 de setembro de 2018 estão incluídas no quadro seguinte:

28.1 DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO POR SEGMENTO DE NEGÓCIO

	Período findo em 30/09/2019					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	1.159.306	7.558	97.842	16.451		1.281.157
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no período	(15.834)	(2.456)	(496)	(1.422)		(20.208)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			188.187	416.638	(248.917)	355.908
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.890.652	18.694	164.268	42.295	(129.430)	1.986.480
Custo com Energia Elétrica	(1.455.209)	(3.474)	(39.146)		129.430	(1.368.399)
Custo de Operação	(173.528)	(568)	(33.765)	(3.813)		(211.674)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(155)	(2.260)	(15)	(31.814)		(34.244)
Lucro Bruto	261.760	12.392	91.342	6.668	(0)	372.163
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(187.196)	(4.244)	5.467	53.773	(64.160)	(196.360)
Despesas com Vendas	(100.455)			(3.015)		(103.471)
Despesas Gerais e Administrativas	(94.372)	(3.824)	(4.080)	(13.528)		(115.804)
Resultado de Equivalência Patrimonial			9.260	70.240	(64.158)	15.342
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	7.632	(420)	286	76	(2)	7.573
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	74.564	8.148	96.809	60.441	(64.160)	175.802
Receitas (Despesas) Financeiras	(61.626)	1.206	978	7.361		(52.081)
Receitas Financeiras	66.884	1.841	3.799	9.086		81.609
Despesas Financeiras	(126.342)	(635)	(2.820)	(1.725)		(131.522)
Variação Cambial	(2.168)					(2.168)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	12.938	9.354	97.788	67.802	(64.160)	123.722
Imposto de Renda e Contribuição Social	548	(1.245)	(25.153)	1.384		(24.466)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	(56.914)	(1.245)	(26.018)			(84.176)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	57.461		865	1.384		59.710
Lucro / (Prejuízo) do Período	13.486	8.109	72.635	69.186	(64.160)	99.255
Atribuído aos Acionistas Controladores						69.426
Atribuído aos Acionistas não Controladores						29.829

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias em 30 de setembro de 2019
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Exercício findo em 30/09/2018					
	Distribuição	Geração	Comercialização	Outros	Eliminações	Consolidado
ATIVOS DO SEGMENTO (Líquido)	1.177.533	7.442	104.082	17.285		1.306.342
Adições (reduções) aos ativos do Segmento no Exercício	(4.255)	(22)	(3.656)	(1.912)		(9.845)
INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES			1.670	29.615	(29.610)	1.675
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	1.864.747	14.162	133.986	47.281	(103.270)	1.956.906
Custo com Energia Elétrica	(1.467.965)	(4.142)	(52.659)		103.270	(1.421.496)
Custo de Operação	(194.970)	(531)	(25.456)	(2.580)		(223.537)
Custo do Serviço Prestado a Terceiros	(1.745)	(2.334)	(1.086)	(35.964)		(41.129)
Lucro Bruto	200.067	7.155	54.785	8.737		270.744
Receitas/ (Despesas) Operacionais	(204.539)	(1.554)	1.945	(41.969)	55.020	(191.097)
Despesas com Vendas	(100.840)			5.983		(94.857)
Despesas Gerais e Administrativas	(111.002)	(1.533)	(3.687)	(13.628)		(129.850)
Resultado de Equivalência Patrimonial			5.054	(38.542)	55.023	21.535
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	7.303	(21)	578	4.218	(3)	12.075
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro	(4.472)	5.601	56.730	(33.232)	55.020	79.647
Receitas (Despesas) Financeiras	(84.123)	136	2.054	1.550		(80.383)
Receitas Financeiras	64.788	249	3.711	1.736		70.484
Despesas Financeiras	(126.431)	(113)	(1.657)	(186)		(128.387)
Variação Cambial	(22.480)					(22.480)
Lucro (Prejuízo) Operacional antes dos Tributos	(88.595)	5.737	58.784	(31.682)	55.020	(736)
Imposto de Renda e Contribuição Social	377	(562)	(14.565)	1.093		(13.657)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Corrente	-	(562)	(16.851)			(17.413)
Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferido	377		2.286	1.093		3.756
Prejuízo do Período	(88.218)	5.175	44.219	(30.589)	55.020	(14.393)
Atribuído aos Acionistas Controladores						(30.323)
Atribuído aos Acionistas não Controladores						15.930

29. EVENTOS SUBSEQUENTES

29.1 POSTERGAÇÃO DO PRAZO DE RECOLHIMENTO DO ICMS

No dia 30 de outubro de 2019, o Governo do Distrito Federal promulgou o Decreto nº 40.206 que altera para o dia 10 de julho de 2020, o prazo de recolhimento do ICMS, de que trata o inciso VII do art. 74 do Decreto 18.995/1997, relativamente aos fatos geradores ocorridos nos meses de setembro, outubro, novembro e dezembro de 2019 praticados pelas empresas distribuidoras de energia elétrica.

29.2 ALIENAÇÃO DE IMÓVEIS/TERRENOS

Como medida de flexibilização para mitigar o desequilíbrio financeiro da CEB DIS, a Companhia vem realizando licitações para alienação de terrenos destinados à venda, conforme demonstrado a seguir:

<p>1) IMÓVEL LAGO SUL (LIC Nº 1144/2019): - A licitação ocorreu no dia 30/09/2019 às 15h; - Valor mínimo do terreno: R\$ 3.350.000,00; - Valor adjudicado: R\$ 3.551.100,00; - Ágio: 6%; - Pagamento finalizado. Crédito em 28/10/2019.</p>	<p>2) IMÓVEL GUARÁ (LIC Nº 1144/2019): - A licitação ocorreu no dia 30/09/2019 às 15h; - Valor mínimo do terreno: R\$ 2.470.000,00; - Valor adjudicado: R\$ 6.661.000,00; - Ágio: 169,67%; - Prazo para pagamento: até 08/11/2019.</p>	<p>3) IMÓVEL RIACHO FUNDO (LIC Nº 1145/2019): - A licitação ocorreu no dia 25/09/2019 às 10h; - Valor mínimo do terreno: R\$ 293.000,00; - Valor adjudicado: R\$ 350.000,00; - Ágio: 19,45%; - Prazo para pagamento: até 08/11/2019.</p>
<p>4) IMÓVEL TAGUATINGA (LIC Nº 1148/2019) - Licitação prorrogada para o dia 20/11/2019 às 15h; - Valor mínimo do imóvel: R\$ 26.641.000,00; - Valor da caução: R\$ 266.410,00 (1% do valor do imóvel); - Previsão de pagamento: dezembro/2019.</p>	<p>5) IMÓVEL CRUZEIRO (LIC Nº 1210/2019): - Licitação prorrogada para o dia 22/11/2019 às 10h; - Valor mínimo do terreno: R\$ 430.000,00; - Valor da caução: R\$ 4.300,00 (1% do valor do imóvel); - Previsão de pagamento: dezembro/2019.</p>	<p>6) IMÓVEL ASA NORTE (LIC Nº 1146/2019) - Licitação prorrogada para o dia 25/11/2019 às 10h; - Valor mínimo do imóvel: R\$ 10.200.000,00; - Valor da caução: R\$ 102.000,000 (1% do valor do imóvel); - Previsão de pagamento: dezembro/2019.</p>

Em 10 de outubro de 2019, foi homologada a alienação pela Administração, dos terrenos do Riacho Fundo, Lago Sul e Guará, gerando um ganho de capital para a CEB DIS no montante de R\$ 10.418.

29.3 REAJUSTE TARIFÁRIO

Em reunião pública ordinária de Diretoria, a ANEEL homologou o Reajuste Tarifário Anual da CEB Distribuição S.A., a ser aplicado a partir de 22 de outubro de 2019. As tarifas atualmente praticadas tiveram efeito médio a ser percebido pelos consumidores de menos 6,79%. Destes, menos 6,52% para os consumidores em alta tensão e menos 6,91% para os consumidores em baixa tensão.

O efeito médio de menos 6,79% decorre do reajuste dos itens de custos de Parcela A e B, calculados conforme estabelecido no contrato de concessão, para a formação da Receita Requerida; da inclusão dos componentes financeiros apurados no atual reajuste tarifário para compensação nos 12 meses subsequentes; e da retirada dos componentes financeiros estabelecidos no processo de reajuste tarifário anual de 2018, que vigoraram até a data do reajuste em processamento.

Desse índice de reajuste tarifário, a variação dos custos de Parcela A contribuiu para o efeito médio em menos 4,96% enquanto a variação de custos de Parcela B foi responsável por 0,65%.

Os fatores que mais contribuíram para o índice global negativo foram os percentuais de menos 5,92% para o CDE (Conta ACR) e de menos 1,90% para o CDE (Decreto 7945/2013), ambos encargos setoriais do sistema elétrico brasileiro.

A quitação da conta ACR ocorreu em setembro de 2019. O pagamento, que venceria em abril de 2020, foi antecipado em cumprimento à Agenda de Desoneração Tarifária da Aneel.

29.4 PROCESSO JUDICIAL Nº 2016.01.1.06703-7

Trata-se de ação indenizatória movida pela ELETRONORTE em desfavor da CEB D em razão de aquisição do imóvel situado na SGAS 904 no ano de 2006. Parte do imóvel ainda está ocupada pela ASCEB, impossibilitando a transferência total da posse deste à adquirente. O pedido indenizatório fora negado em 1º grau, com reversão de entendimento pelo TJDF. Atualmente o processo pendente de julgamento de recurso especial pelo STJ. Diante disso, em outubro de 2019, foi constituída provisão contingencial no montante de R\$ 9.303.

Brasília, 13 de novembro de 2019.

EDISON ANTÔNIO COSTA BRITTO GARCIA
Diretor-Presidente

PAULO AFONSO TEIXEIRA MACHADO
Diretor Técnico

FAUSTO DE PAULA MENEZES BANDEIRA
Diretor de Planejamento e de Gestão de Riscos

ALEXANDRE GUIMARÃES
Diretor Administrativo-Financeiro e de
Relações com Investidores

MARLY GOMES ARAÚJO
Contadora
CRC - DF 7901/O-8